



# RELATÓRIO E CONTAS 2021

## **Uma referência de Excelência e Consistência**

De acordo com a estimativa do FMI, a economia mundial recuperou em 2021, crescendo cerca de 5,9%, depois de ter caído 3,1% no ano inicial da pandemia. O ano de 2021 para a BFA Gestão de Activos, foi mais um ano de afirmação como líder de Mercado, com uma quota de 80% sobre o segmento dos Organismos de Investimento Colectivo em Valores Mobiliários, o que representa um crescimento de 20% face o ano de 2020.

# 2021

## EM REVISTA



**13**

Fundos constituídos e subscritos na totalidade

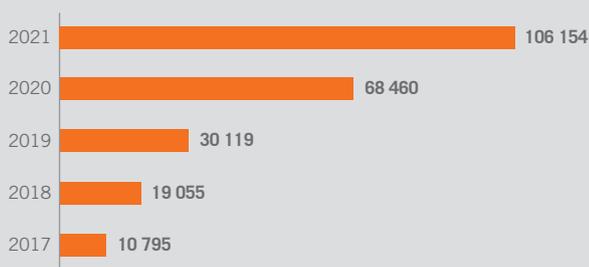
**+ 12 mil**

Subscritores

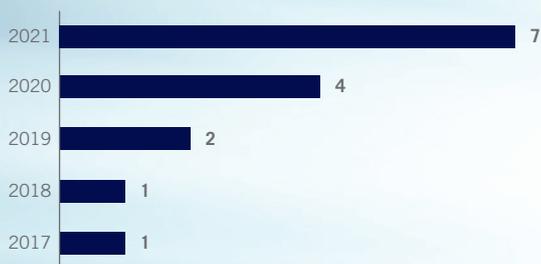
**Kz196**

Mil milhões sob gestão (track record)

### Activos sob gestão (M.AKZ)



### Nº Fundos



Aumento da Carteira de Activos sob gestão para

**106 154**

Milhões de AKZ

**+55%**

face a 2020

Aumento do Resultado Líquido para

**528**

Milhões de AKZ

**+26%**

face a 2020



**40%**

Return-on-equity

A BFA GA terminou o ano com uma quota de mercado sobre os OICVM de

**80%**

Fundos de Investimento em Valores Mobiliários



# ÍNDICE

## 1 RELATÓRIO

|  |    |
|--|----|
| Mensagem do Presidente da Comissão executiva | 8  |
| A Nossa Estratégia                           | 10 |
| Como acrescentamos valor                     | 14 |
| Evolução do Negócio: 2020-2021               | 16 |
| Expectativas para 2022                       | 17 |

## 2 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

|                        |    |
|------------------------|----|
| Economia Internacional | 20 |
| Economia Angolana      | 22 |

## 3 A BFA GA

|  |    |
|--|----|
| A Nossa História                         | 28 |
| Governança e Sistema de Controlo Interno | 29 |
| Comissão Executiva                       | 39 |

## 4 ANÁLISE FINANCEIRA

|                                     |    |
|-------------------------------------|----|
| Proposta de Aplicação de Resultados | 45 |
|-------------------------------------|----|

## 5 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

|  |    |
|--|----|
| Demonstrações Financeiras              | 48 |
| Notas às Demonstrações Financeiras     | 50 |
| Relatório do Auditor Independente      | 70 |
| Relatório e Parecer do Conselho Fiscal | 74 |



# 1

## RELATÓRIO

|  |    |
|--|----|
| Mensagem do Presidente da Comissão Executiva | 8  |
| A Nossa Estratégia                           | 10 |
| Como acrescentamos valor                     | 14 |
| Evolução do Negócio: 2020-2021               | 16 |
| Expectativas para 2022                       | 17 |

# MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



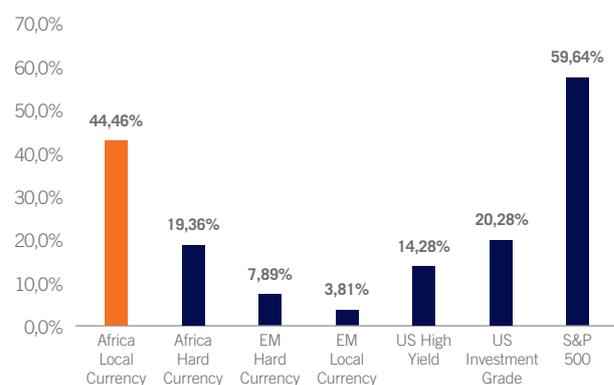
Caro leitor,

Para nós, o exercício de 2021 acabou melhor do que esperávamos no início. Foi um ano forte em termos dos activos sob gestão (ASB), receitas e lucro. O nosso lucro operacional ajustado aumentou para 528 milhões de kwanzas, o que representa um crescimento de 26% (2020: 420 milhões de kwanzas). O desempenho do investimento recuperou significativamente com o nosso ASB em

106.15mil milhões de Kwanzas (+55% a partir de 2020) e o negócio funcionou bem enquanto se adaptava às novas condições de mercado.

## Uma visão dos mercados

Do ponto de vista dos mercados globais, vimos uma história interessante se desenrolar ao longo do ano, com um ambiente de mercado altamente volátil devido ao crescente risco geopolítico global e esforços de políticas monetárias. No espaço da renda fixa, o rendimento dos EUA foi o mais forte em retornos positivos, no entanto a moeda local africana superou os mercados desenvolvidos no mesmo espaço. Como exemplo o African Domestic Bond Fund (ADBF) – um fundo multijurisdicional Africano cotado em bolsa que investe em renda fixa soberana em moeda local de 10 Países da região – desde a sua criação em 2018 até a data, o fundo tem vindo a registar ganhos superiores (aprox. 45% em USD) comparativamente aos seus pares dos mercados emergentes e dívida Americana de alto risco. Isso serve como um testemunho de que a história do crescimento africano ainda colhe todos os seus benefícios.



Fonte: Bloomberg, desempenho dos maiores ETFs de cada classe de ativos, excepto moeda forte de África, onde não existe ETF (retornos totais em USD)

Com a expectativa de que o mercado de títulos em moeda local em todo o continente cresça em US\$ 500 mil milhões adicionais, com base apenas nas necessidades de infra-estrutura e despesas de capital, permanecemos muito animados e confiantes nesta classe de activos daqui para frente.

### Riscos e oportunidades no horizonte

Investir em mercados públicos e privados em África tem sido uma tarefa difícil para muitos gestores de investimento, e investidores de *private equity* (PE) e capital de risco (VC). Principalmente porque, ao tomar decisões de investimento, consideram diferentes categorias e níveis de risco, incluindo: iliquidez e volatilidade da moeda; baixa sofisticação nas infra-estruturas de mercado de capitais; cadeias de valor desorganizadas (exacerbadas com a pandemia da COVID-19); geopolítica e opacidade de mercado, só para citar alguns. Com horizontes de investimento alargados e activos ilíquidos, encontrar mecanismos adequados para proteger essa exposição é de interesse crítico para os sócios destas sociedades de investimento.

No entanto, há um apetite crescente por capital privado em África nos últimos 5 anos (US\$ 5,0 mil milhões de acordos de PE relatados apenas na região da África Austral). Resultante de possíveis deslocamentos de mercado que se regista em mercados desenvolvidos levados por um Fed “*hawkish*” (menos tolerante à inflação) e temores de recessão no Ocidente. Por outro lado, a constante evolução dos hábitos de consumo na região, que leva as empresas e os mercados em que habitam a não permanecerem estacionários, tem impulsionado os sistemas de processamento de pagamentos que facilitam essas transacções comerciais também a

evoluir. Um factor preponderante de como os mercados regionais e os negócios neles inseridos se comportarão e, consequentemente incentivarão o crescimento de investimentos de capital privado no ano que se antevê.

### O que nos move

Ao entrarmos no nosso 5º aniversário desde que abrimos as nossas portas aos clientes, estou grato e honrado pelo sucesso dos últimos anos e olhamos para o futuro com confiança. Em termos absolutos, a classe de activos de renda fixa manteve-se estável, mas em base relativa superamos a maioria de nossos pares. E embora os resultados sejam tranquilizadores para nós e os nossos accionistas, não estamos satisfeitos. Assim, continuamos a lutar pela busca à excelência e criação de valor de longo prazo para os nossos *stakeholders* com os mais altos padrões.

Como tal, pretendemos continuar fortemente empenhados em manter a relevância no mercado, em sermos fiéis ao nosso modelo de negócio centrado no talento e crescimento orgânico, com um foco claro na sofisticação de produtos com receitas adequadas; e, contribuir para o bem-estar financeiro da nossa comunidade desde a criação de emprego, geração de riqueza, e a promoção da pesquisa e desenvolvimento.

Rui Oliveira

*Presidente da Comissão Executiva*

# Visão

**Como um dos maiores alocadores de capital de Clientes no País,** pretendemos contribuir para o crescimento e desenvolvimento sustentável de Angola, através da criação de valor consciente para os nossos clientes.

# Valores

**Inovação  
Permanente**

**Gestão  
de Risco**

**Compromisso  
e Proximidade**

# Compromissos

**Investidores**

Garantir a satisfação e qualidade das nossas ofertas

**Angola**

Contribuir para o desenvolvimento sustentável da economia nacional

**Colaboradores**

Apostar no crescimento pessoal e profissional

**Accionistas**

Criação de valor

# Missão

Oferecer aos nossos parceiros vantagens competitivas na busca de retornos superiores em períodos de tempo significativos e explorar todo o potencial da diversificação dos recursos financeiros postos à nossa disposição.

## ESTRATÉGIA

Os desafios e as prioridades estratégicas da BFA GA mantiveram como principal foco: a capacitação dos seus colaboradores, o controlo sustentado dos riscos e a permanente atenção na satisfação das necessidades dos investidores.



### OBJECTIVO

**Criar diferenciação através de um maior envolvimento com o investidor, num contexto de constantes e rápidas mudanças do mercado.**



### COMPROMISSO COM O INVESTIDOR

Identificação das melhores oportunidades do mercado.

Antecipar-se às necessidades dos Investidores.

Simplificar processos. Diversificar produtos.



### PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

1

Aprofundar o modelo de relacionamento com os Investidores.

2

Desenvolver competências analíticas para uma melhor compreensão das necessidades.

3

Aumentar o volume de negócio por via da constituição de OIC.

4

Apostar no digital.

5

Manter a qualidade da oferta.



### FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Rapidez no processo de decisão.

Excelência operacional.

Cultura BFA - excelência e foco no cliente.

# COMO ACRESCENTAMOS VALOR

A proposta de criação de valor da BFA GA é suportada nos valores e compromissos com os quais o grupo BFA sempre se empenhou desde a sua criação.

Como principal missão da sua estratégia de negócio, a BFA GA pretende ser reconhecida como a melhor SGOIC em quatro âmbitos de relevo, para cada um dos quais definiu os respectivos pontos-chave de actuação.

## MELHOR SGOIC PARA OS INVESTIDORES

- Oferta de produtos e serviços simples, acessíveis e ajustados às necessidades de cada perfil;
- Utilização de linguagem clara e concisa, na oferta de produtos e serviços e no esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas;
- Rentabilização e segurança dos investimentos / poupanças;

## MELHOR SGOIC PARA O MERCADO

- Desenvolvimento de parcerias;
- Promoção de eventos regionais através de patrocínios; Participação em campanhas de incentivo à literacia financeira;

## Como Acrescentamos Valor

## MELHOR SGOIC PARA OS ACCIONISTAS

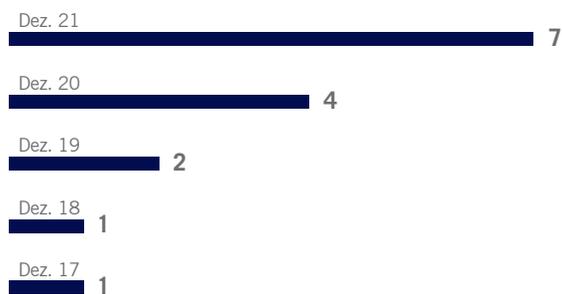
- Gestão idónea e controlo dos riscos para garantir a sustentabilidade do negócio;
- Segurança de um balanço sólido;
- Aumento contínuo do valor económico da Sociedade.

## MELHOR SGOIC PARA TRABALHAR

- Diversidade de géneros e igualdade de oportunidades nas carreiras profissionais;
- Gestão de talentos através de capacitação, especialização e acolhimento;
- Constituição da plataforma electrónica de formação (e-Learning) e outras formações internas;
- Preocupação no acolhimento dos estagiários através de duas sessões de formação com foco sobre a história do grupo BFA, os produtos, serviços e principais características e as normas e procedimentos de adesão e utilização dos produtos oferecidos;
- Criação de programa de integração de jovens recém-licenciados que inclui a componente técnica inerente à entrada no mercado de trabalho com componentes comportamentais, suportadas por um programa de mentoring;
- Aposta em formações sobre os principais temas em foco como Governança Corporativa, Compliance e PBC/CFT.

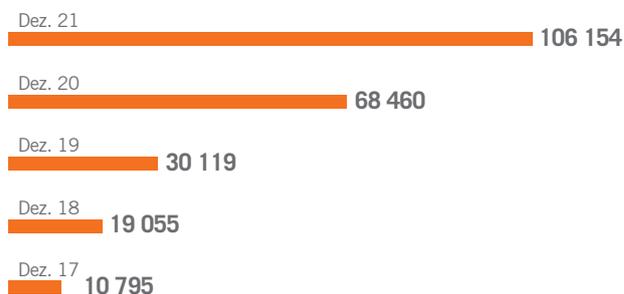
# EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO: 2017-2021

Evolução do número de Fundos



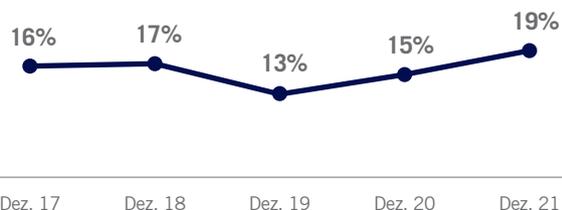
Evolução dos Activos sob Gestão

(M.Kz)

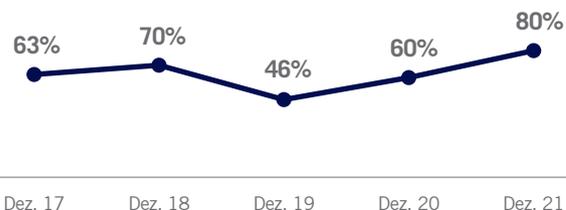


## QUOTAS DE MERCADO

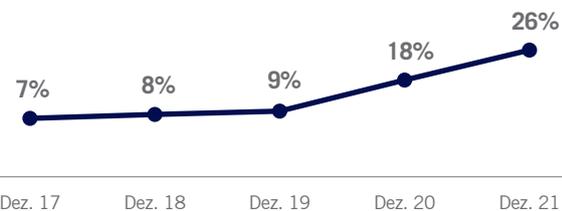
Mercado dos OIC



Mercado dos OICVM

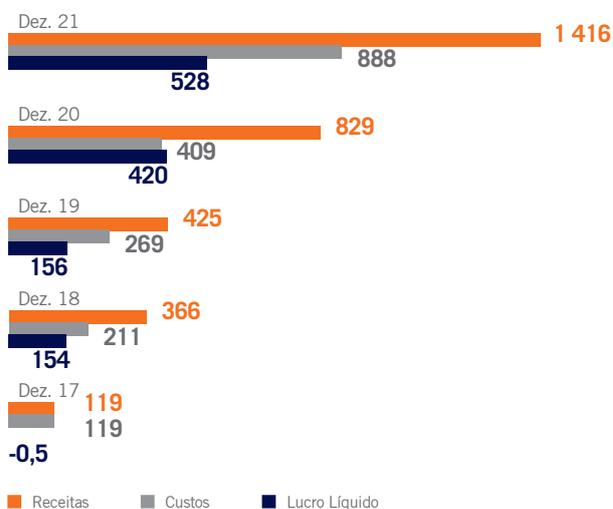
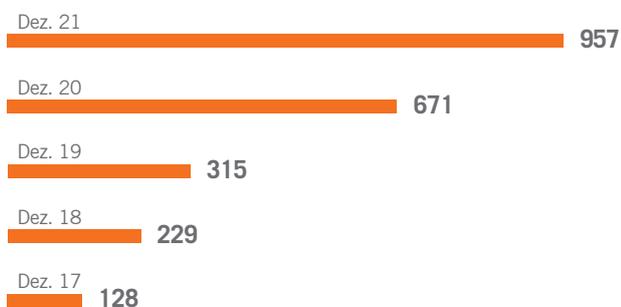


Número de OIC



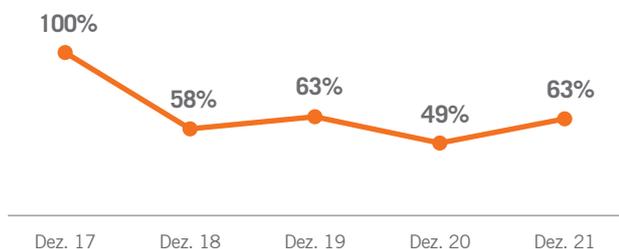
Evolução da Carteira Própria

(M.Kz)

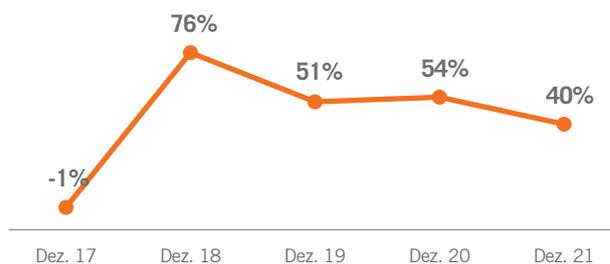


## RÁCIOS FINANCEIROS

Rácio de Eficiência



Return on Equity



Rácio de Solvabilidade



## EXPECTATIVAS PARA 2022

A BFA GA acredita que o ano de 2022 será marcado essencialmente por três aspectos:

1. Consolidação efectiva do Investimento Estrangeiro – Prevê-se uma maior afluência por parte dos investidores não residentes cambiais como resultado das várias políticas que o Executivo tem vindo a implementar com vista na melhoria do ambiente de negócio, aliado às boas práticas que têm sido verificadas nos mais diversos sectores da economia nacional.
2. Continuidade na Consolidação efectiva / materialização do Programa de privatizações – Poderá ser um dos principais meios pelo qual se materializará o investimento estrangeiro (referido no ponto acima) e concomitantemente dar arranque ao mercado de ações;
3. Consolidação do Mercado de Títulos Corporativos – A BFA GA acredita que as taxas de remuneração dos títulos da dívida pública continuarão a descer, podendo dar lugar a mais emissões de títulos de dívida corporativa.

No sentido de responder aos vários desafios que se vão verificando, a BFA GA continuará a apostar fortemente na formação e capacitação continua dos seus quadros. O principal objectivo desta aposta é reforçar a qualidade de serviço como promotor do sucesso, mitigar o risco operacional e continuar a criar soluções inovadoras de investimento para todos os seus parceiros, no sentido de estabelecer uma relação confiável e duradoura para a solidificação da sua posição no Mercado de Capitais.



# 2

## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Economia Internacional  
Economia Angolana

20  
22

# ECONOMIA INTERNACIONAL

De acordo com a estimativa do FMI, a economia mundial recuperou em 2021, crescendo cerca de 5,9% em 2021, depois de ter caído 3,1% no ano inicial da pandemia. O crescimento económico foi essencialmente um retorno da actividade interrompida durante os vários confinamentos em diversas geografias, apesar da permanência de ainda bastantes medidas não-farmacológicas de combate à Covid-19, em conjunto com bastantes dificuldades em múltiplas cadeias logísticas. As economias avançadas cresceram cerca de 5,2%, depois da quebra de 4,5% no ano anterior; a recuperação foi mais intensa nos Estados Unidos, em 6,0% (depois de uma quebra de 3,4%), o que compara com um crescimento de 5,0% na Zona Euro (depois de uma descida de 6,3% da actividade). No caso de Espanha, por exemplo, a contracção em 2020 tinha sido de 10,8% e o crescimento em 2021 foi de 5,7%, não havendo um retorno de toda a actividade. No Reino Unido, o impacto foi semelhante – em 2021, a economia cresceu 6,8%, mas tinha caído 9,8% em 2020. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, o crescimento foi globalmente superior em 2021 ao decréscimo em 2020 – deu-se um aumento do PIB de 6,4%, depois de uma quebra de 2,1% em 2020. A China terá crescido 8,0%, depois de um aumento de apenas 2,3% do PIB em 2020; por outro lado, a Índia viu o PIB subir 9,5%, depois de uma diminuição de 7,3% no ano anterior. No geral das economias

da África Subsariana, o crescimento foi lento (+3,7%) em 2021, mas a quebra em 2020 tinha sido também mais leve (-1,7%). Porém, no caso da África do Sul a subida de 5,0% em 2021 não foi suficiente para recuperar os 6,4% perdidos em 2020.

Em 2022, a recuperação deverá continuar, sendo de esperar que as medidas de combate à pandemia comece a ser levantadas de maneira mais definitiva. A economia deverá crescer cerca de 4,9%, de acordo com o FMI, com um crescimento mais elevado nas economias emergentes (+5,1%) do que nas economias avançadas (+4,5%). No caso dos Estados Unidos, o crescimento deverá abrandar para 5,2%, enquanto a Zona Euro deverá expandir 4,3%. Do lado das economias emergentes, é esperado um crescimento na ordem de 5,1%, impulsionado pelos países asiáticos que deverão registar um aumento homólogo do PIB de 6,3%. Em particular, é esperado que a Índia tenha a maior taxa de crescimento entre os principais países emergentes (8,5%). No que toca aos países emergentes na Europa e na América latina, estes deverão, expandir a uma taxa inferior à das economias avançadas (3,6% e 3,0%, respectivamente). Em relação à África Subsariana, o Fundo estima um crescimento a volta de 3,8% com a Nigéria e África do Sul a expandir 2,7% e 2,2%, respectivamente.

## 2021

### Economias Avançadas

- Crescimento económico de 5,2%
- Retoma gradual da actividade económica
- Campanhas de vacinação

### Economias Emergentes

- Crescimento de 6,4%
- África subsariana deverá crescer 3,7%
- China com expansão de 8%

**ECONOMIA MUNDIAL: CRESCIMENTO DE 5,9%**

## 2022P

### Economias Avançadas

- Crescimento económico de 4,5%
- Retoma a uma certa normalidade
- Risco de novas variantes

### Economias Emergentes

- Crescimento de 5,1%;
- África subsariana deverá crescer 3,8%
- Economias Asiáticas com crescimento de 6,3%

**ECONOMIA MUNDIAL: CRESCIMENTO DE 4,9%**

## Mercados Financeiros

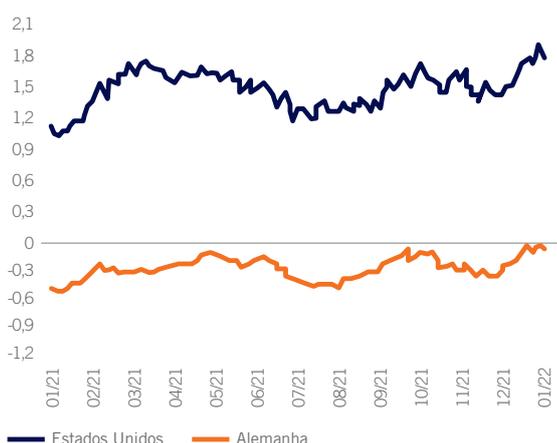
Depois de um ano de 2020 completamente impactado pela pandemia, 2021 foi pautado por períodos de recuperação intercalados por receios relativos a novas variantes e desigualdade na distribuição de vacinas. Porém, o tom geral é de que, mesmo com alguns obstáculos na recuperação da

situação de saúde pública, há um fim à vista e adaptação nas abordagens, com grande sucesso na mortalidade e na actividade económica, o que redundou em optimismo nos mercados. Ao mesmo tempo, a questão dos problemas nas cadeias de logística parece estar a dar origem a um fenómeno de inflação que teima em persistir, apesar dos inícios iniciais de que fosse uma situação temporária.

A política monetária manteve-se bastante expansionista em todos os principais mercados. Porém, a Reserva Federal sinalizou no final do ano a vontade de começar a subir as taxas de juro de referência durante o ano de 2022.

### Yield da dívida soberana a 10 anos

(Porcentagem)



Fonte: Bloomberg

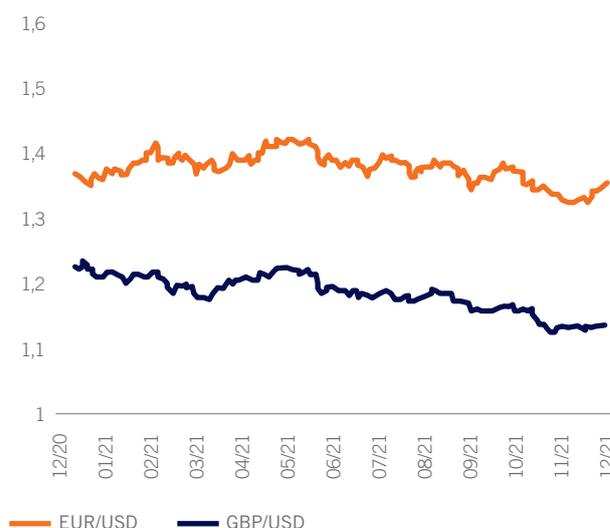
Ao mesmo tempo, as compras de activos (o quantitative easing) começou a ser reduzido na sua magnitude em Novembro de 2021, com nova redução no mês de Dezembro. Ao mesmo tempo, o mecanismo de empréstimos de empréstimos a baixos juros para as instituições financeiras que lidam no mercado primário monetário norte-americano foi terminado no final de Março. Nesse sentido, está a ocorrer um desmame gradual das políticas aplicadas devido à pandemia, havendo expectativas de subidas de taxas de juro durante 2022. No caso do Banco de Inglaterra, ocorreu mesmo a primeira subida das taxas de juro em 3 anos, no mês de Dezembro de 2021, com um aumento de 0,1% para 0,25%, devido aos receios relacionados com a inflação. A expectativa actual é de que haja mais subidas de taxa durante o ano de 2022. No caso do BCE, houve também alterações, mas apenas no ritmo e tipo de compras de activos feitas pelo sistema de bancos centrais da Zona Euro, já que a expectativa deixada aos mercados é de que as taxas deverão permanecer no seu nível no futuro mais próximo. Em particular, o BCE decidiu, em Dezembro, marcar o término do investimento líquido positivo no programa de compras de activos públicos (PEPP) para Março de 2022 – ou seja, os activos serão ainda detidos e reinvestidos na maturidade, pelo menos até ao final de 2024. Nesse sentido, as alterações do BCE foram muito mais suaves que outros bancos centrais. As taxas de juro de mercado começaram a registar subidas, em particular as taxas referentes ao Dólar, reflectindo a inflação crescente e o impacto futuro na política monetária norte-americana: a Libor a 3 meses a fechou o ano em 0,21%, ainda abaixo dos 0,23% no final de 2020,

mas a iniciar uma subida face aos mínimos perto dos 0,10% a meio do ano. Já as taxas Euribor têm mantido a estabilidade ultimamente habitual: a Euribor a 3 meses terminou o ano em -0,57%, ligeiramente abaixo dos -0,54% no final de 2020.

No final de 2021, os receios da inflação mencionados acima levaram a um início de subida das yields de dívida obrigacionista das principais economias. Assim, a dívida pública alemã a 10 anos terminou o ano com uma yield de -0,18% bastante menos negativa que os -0,57% no final de 2020. A dívida americana no mesmo prazo negociava por uma taxa de juro de 1,51%, uma subida face ao mínimo de 1,01% em Dezembro de 2020. No caso das economias emergentes, os riscos de prémio estão a começar a subir, algo costumeiro também num cenário de maior inflação e subidas de taxas no geral, em que se torna menos lucrativa a busca por risco que se tornou norma nos últimos anos. Numa altura em que persistem as incertezas e as preocupações sobre o impacto da nova variante da Covid-19 Ómicron nos mercados, com o reforço das medidas de restrições em alguns países, o mercado cambial vai-se ressentindo de uma maior volatilidade. O Rand, a moeda sul-africana apresentou alguma recuperação tendo terminado o ano 2021 em ZAR/USD 15,87 face ao máximo de 19,26. No caso do EUR/USD, o ano 2021 terminou com uma perda do Euro no período de -6,92% contra os 1,22 no final de 2020. A Libra perdeu alguma força face ao USD, depois de uma ligeira recuperação no 1º Semestre, entretanto, no final de 2021 estava a cotar por GBP/USD 1,14 contra os 1,36 registados no final de 2020; contudo, por agora, assiste-se a alguma estabilidade.

### Taxas de Câmbio EUR/USD e GBP/USD

(USD)



Fonte: Bloomberg

# ECONOMIA ANGOLANA

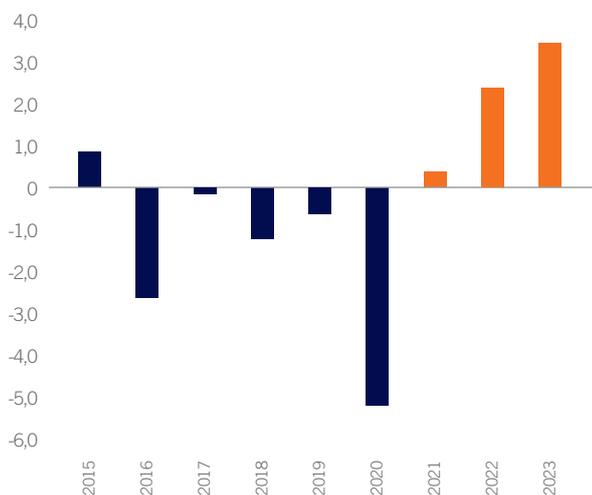
## Actividade Económica

No 3º Trimestre de 2021, o PIB angolano registou uma expansão de 0,8% face ao período homólogo – um crescimento após 9 trimestres consecutivos de queda homóloga. Trata-se da 1ª expansão da economia desde o 1º Trimestre de 2019.

A economia petrolífera, em termos homólogos contraiu 11,1%, um abrandamento pouco menor do que a diminuição de 12,1% no 2T, e do que a diminuição de 18,7% no 1T 2021. A variação está completamente em linha com a diminuição no volume de produção petrolífera; os barris exportados diminuiram 14,5% yoy entre Janeiro e Setembro, a par da diminuição de 14,1% yoy do PIB petrolífero no mesmo período. Os dados recolhidos de maneira independente pela OPEP apontam para uma produção média nacional de 1,1 milhões de barris diários (uma quebra de 14,15% face a 2020). Adicionalmente, verificou-se um aumento significativo de 55,67% yoy do preço médio do petróleo nos mercados internacionais em 2021, terminando o período acima dos 80 USD por barril.

## Crescimento Económico

Variação homóloga em %



Fonte: FMI

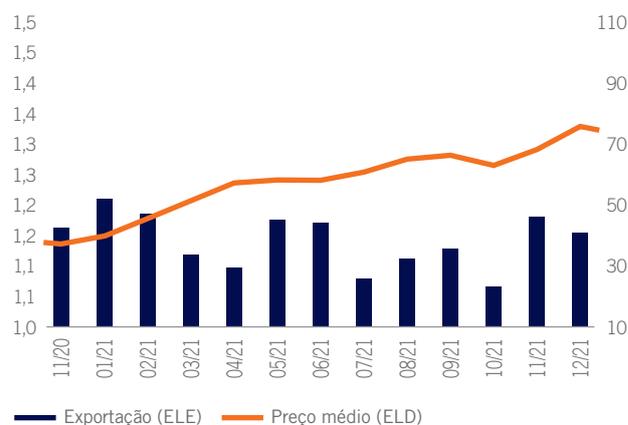
A economia não-petrolífera está 0,5% acima do mesmo período em 2019. É uma recuperação do que foi perdido durante a pandemia, com o sector das Pescas a registar o maior crescimento homólogo desde o início da série estatística, duplicando actividade no mesmo período de 2020 (+104% yoy); trata-se do 3º trimestre consecutivo a aumentar

a actividade. Este forte crescimento levou a uma contribuição de 1,8pp para a taxa de crescimento do trimestre.

A actividade deste sector está agora 23,1% superior ao mesmo período de 2019. Segundo o BNA, as exportações de pescado aumentaram 20,5% yoy nos primeiros 9 meses de 2021, mas apenas 4,1% face a 2019. Os outros dois sectores bastante acima da actividade registada em 2019 são o Comércio (+18,1%), e a Agricultura (+10,4%).

## Exportações petrolíferas e preço mensal do petróleo

(Milhões de barris diários; USD)



Fonte: Min. Finanças

O sector do Comércio (2º maior componente do PIB angolano depois do petróleo) registou um crescimento homólogo a 2 dígitos pela 3ª vez em 4 trimestres, subindo 18,4% yoy.

Ao mesmo tempo, o sector da Construção (usualmente o 3º sector de actividade com maior peso no PIB) cresceu 7,5%, o primeiro trimestre de crescimento homólogo desde o 1T 2020, depois de uma quebra acumulada de quase 50%.

O sector agrícola, registou uma expansão pelo 10º trimestre consecutivo, crescendo 8,5% yoy (o maior crescimento desde o 2T2015). Durante o período, a agricultura contribuiu em +0,4 pp para a taxa de crescimento e representa cerca de 5,6% do PIB angolano (o maior peso desde o início da série estatística).

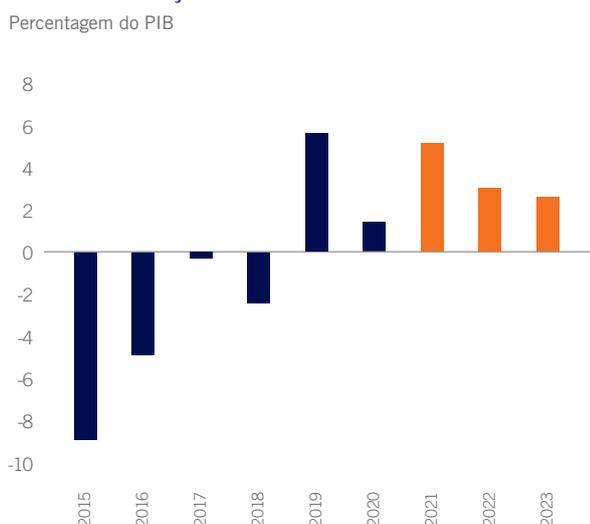
Em sentido contrário, há vários sectores que, apesar da recuperação, estão ainda significativamente abaixo do nível de actividade registado em 2019. Em particular, o sector dos Transportes está ainda 40,0% abaixo do desempenho em 2019, sendo o sector mais afectado pela pandemia, o que se torna óbvio perante as restrições à mobilidade que foram aplicadas. O sector da Construção está ainda 31,1% abaixo, seguindo-se o sector petrolífero (-18,4%), a Intermediação Financeira e de Seguros (-17,5%), e o sector mineiro (-11,2%). Para a totalidade do ano 2021, o Banco Mundial,

segundo os dados constante no Relatório de Perspectivas Económicas Globais, espera que Angola terá saído da recessão em 2021 com uma taxa de crescimento 0,4%, e prevê que cresça 3,1% este ano e que abrande ligeiramente o crescimento para 2,8% em 2023. Para 2022, o FMI prevê uma recuperação da actividade económica angolana, antecipando um crescimento de 2,4%. No sector petrolífero, é esperada uma estagnação, enquanto para o sector não petrolífero, o FMI estima para este ano terá um crescimento de 3,4%.

### Sector externo

No sector externo, para 2021 o FMI espera que o saldo da balança corrente apresente um superávit de 10,8% do PIB, muito acima do registado no ano anterior (1,5% do PIB em 2020). Este aumento significativo na balança de pagamentos terá sido resultado de dois factores predominantes. De um lado, segundo os dados do BNA, as importações de bens nos primeiros 9 meses do ano registaram face a 2019 (período pré pandémico) uma quebra de USD 2,39 mil milhões, enquanto as importações de serviços também tiveram uma quebra face a 2019 (na ordem dos USD 1,14 mil milhões). Por outro lado, entre Janeiro e Novembro, as receitas de exportação registaram um forte crescimento face a 2020 e estão ligeiramente abaixo do que foi registado durante o mesmo período de 2019 (USD 23,5 mil milhões vs USD 26,1 mil milhões). Deste modo, a conta corrente angolana teve durante este período um superávit de USD 5,7 mil milhões (valor mais alto para o período desde 2018).

### Saldo da Balança Corrente



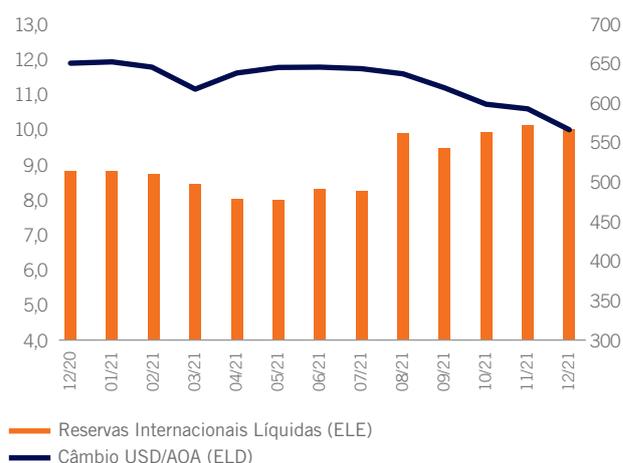
Fonte: FMI

A dívida externa angolana terá apresentado um ligeiro agravamento em 2021: segundo os dados relativos ao 3º trimestre de 2021, o stock da dívida externa total era de USD 67 mil milhões, 3,6% superior ao registado no final de 2020 (USD 64,6 mil milhões). Quando medido em percentagem do PIB, a dívida externa terá tido uma melhoria situando-se em 88,6% do PIB (vs 108,9% do PIB no final de 2020). Esta melhoria é resultado apreciação do Kwanza em 2021 (+17,1%), que terá originado num aumento do PIB angolano quando medido em Dólares. Em relação ao pagamento da dívida externa, Angola negociou o alargamento da suspensão do serviço da Iniciativa de Suspensão do Serviço da dívida do G20 e Clube de Paris para incluir o 2º semestre de 2021. Adicionalmente, o governo negociou com os principais credores do país termos favoráveis para o serviço da dívida remanescente, tendo-se logrado um adiamento do pagamento de parte do serviço da dívida até 2023. Segundo os dados do FMI, a dívida pública angolana no final de 2021 está estimada em 95,9% do PIB, 39,2 pontos percentuais abaixo do estimado para 2020. Para 2022, o fundo estima que o saldo da conta corrente se mantenha em terreno positivo (9,5% do PIB).

Em 2021, as reservas internacionais líquidas registaram um aumento de USD 1,18 mil milhões face a Dezembro de 2020, tendo ficado em USD 9,94 mil milhões (+13,4% yoy). Isto representa o maior aumento homólogo desde o início da série estatística em 2012.

### Reservas Internacionais de Câmbio

(Mil milhões USD; USD/AOA)



Fonte: BNA

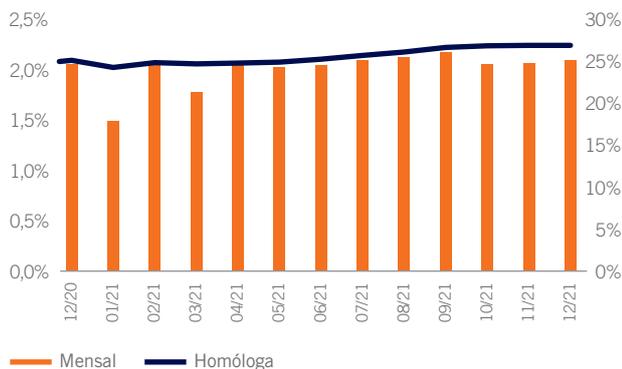
Do lado do sector cambial, 2021 foi marcado por um período de estabilização da moeda até Setembro, tendo nos últimos 4 meses apreciado significativamente face ao Dólar e Euro. Em 2021, o Kwanza apreciou cerca de 17,1% face ao Dólar e 26,7% face ao Euro; o câmbio fechou o ano em USD/AOA 555 e EUR/AOA 629. Esta forte apreciação da moeda deve-se em grande parte ao aumento de receitas petrolíferas que terão contribuído para um aumento na oferta de divisas por parte do Governo, por intermédio do Ministério das Finanças (via impostos petrolíferos), e das operadoras petrolíferas.

### Contas Públicas, Inflação e Taxas de Juro

De acordo com os dados preliminares do Ministério das Finanças, a execução orçamental para 2021 terá tido um desempenho mais favorável do que inicialmente estimado. O Orçamento Geral do Estado de 2021 foi elaborado com base num preço do petróleo muito conservador (USD 39), tendo a commodity registado em 2021 um preço médio a rondar os USD 67. Do lado da receita, ela terá ficado em torno de AOA 10,4 biliões, acima da expectativa do Governo (AOA +2,55 biliões); em relação às despesas, os dados preliminares apontam para um desembolso ligeiramente superior ao inicialmente estimado (AOA +131 mil milhões), fixando-se em AOA 8,99 biliões. Deste modo, as contas do Estado terão tido um saldo orçamental positivo na ordem dos AOA 1,48 biliões, muito superior ao défice de AOA 0,94 biliões esperados no Orçamento Geral do Estado de 2021. Em percentagem do PIB, as receitas representaram cerca de 21,2% enquanto as despesas contabilizaram cerca de 21,2%.

#### Inflação Nacional

(Percentagem)



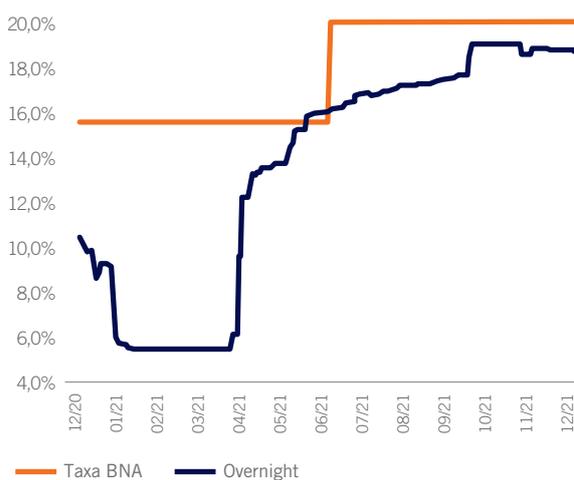
Fonte: INE

Para os primeiros 11 meses de 2021, o crédito total à economia registou um aumento de 15% face ao final de 2020. Contabilizando apenas o crédito ao sector privado, verificou-se um aumento de 22,8% comparado ao crescimento de 8% verificados no ano anterior. No que toca aos depósitos, registou-se de Janeiro a Novembro do ano passado um aumento de 9,8% (-9,8 p.p. do que em 2020). No que toca ao crédito malparado, o rácio face ao crédito total fixou-se em 20% no mês de Novembro de 2021, um aumento de 1,5p.p. face ao final de 2020.

Em relação à inflação, em 2021 a média anual fixou-se em 25,7%, 3,5 pontos percentuais acima da média registada em 2020 (22,2%) e 8,6 pontos percentuais acima do registado em 2019 (17,1%). Em termos homólogos, a inflação registou um período de ligeira quebra entre Fevereiro e Março tendo desde então registado um caminho ascendente para o resto do ano. Em termos mensais, em 2021 a variação de preços teve uma média de 2,02% com destaque para o mês de Setembro que registou o valor mais alto (2,18%). Este aumento da inflação homóloga ao longo do ano é resultado do forte aumento dos preços dos bens alimentares e bebidas não alcoólicas, que contribui em mais de 60% no índice de preços no consumidor nacional: em 2021, esta rubrica registou um aumento médio mensal de 2,5% com destaque para o mês de Março onde a variação foi de 2,75%.

#### Taxa de Juro de Referência do BNA

(Percentagem)



Fonte: BNA

De modo a poder combater o forte aumento de preços, o Comité de Política Monetária (CPM) do BNA realizou em 2021 seis reuniões onde alguns instrumentos da política monetária sofreram ajustes. Na reunião realizada em Março, o CPM aumentou a taxa de Juro da facilidade permanente de absorção de liquidez com maturidade de 7 dias, de 7% para 12%. Em Maio, o CPM decidiu aumentar o coeficiente de reservas obrigatórias em moeda estrangeira de 17% para 22% e definiu que os bancos deveriam manter em reservas 100% dos saldos governamentais em moeda nacional, face aos 22% que ocorriam anteriormente. No CPM realizado em Julho, o BNA decidiu aumentar a Taxa BNA de 15,5% para 20%, aumentar a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez de 19,88% para 25% e aumentar a taxa de Juro da facilidade Permanente de Absorção de Liquidez de 7 dias de 12% para 15%. Nos Comités realizados em Setembro e Novembro, o regulador decidiu não mexer nos instrumentos da política monetária e previa um cenário de inflexão na trajectória da inflação a partir de 2022. Deste modo, é esperado que caso essas medidas não resultem numa desaceleração da inflação no início de 2022, o BNA deverá implementar uma política monetária ainda mais restritiva.



# 3

## A BFA GA

|  |    |
|--|----|
| A Nossa História                         | 28 |
| Governação e Sistema de Controlo Interno | 29 |
| Comissão Executiva                       | 39 |

# A NOSSA HISTÓRIA

**2016**

Registo da BFA GA na Comissão do Mercado de Capitais e início da actividade a 27 de Dezembro.

**2017**

Constituição do 1º Fundo da BFA GA denominado de BFA Oportunidades, com um valor totalmente subscrito de 10 mil milhões de Kwanzas.

**2018**

**Agosto**

Liquidação do 1º Fundo da BFA GA denominado de BFA Oportunidades, tendo o mesmo alcançado uma rentabilidade líquida de 18,06%.

**Agosto**

Constituição do 2º Fundo da BFA GA denominado de BFA Oportunidades II, com um valor totalmente subscrito de 18 mil milhões de Kwanzas.

**2019**

**Agosto.**

Liquidação do 2º Fundo da BFA GA denominado de BFA Oportunidades II, tendo o mesmo alcançado uma rentabilidade líquida de 14,55%.

**Setembro**

Constituição do 3º Fundo da BFA GA denominado de BFA Protecção (Fundo de protecção cambial), com um valor totalmente subscrito de 8,5 mil milhões de Kwanzas.

**Setembro**

Constituição do 4º Fundo da BFA GA denominado de BFA Oportunidades III, com um valor totalmente subscrito de 20 mil milhões de Kwanzas.

Admissão de ambos os Fundos no Mercado de Registo de Operações sobre Valores Mobiliários "MROV".

**2020**

**Maio**

Constituição do 5º Fundo da BFA GA denominado de BFA Private (Fundo dedicado aos clientes do segmento Private do BFA), com um valor totalmente subscrito de 4,5 mil milhões de Kwanzas.

**Julho**

Constituição do 6º Fundo da BFA GA denominado de BFA Oportunidades IV, com um valor totalmente subscrito de 10 mil milhões de Kwanzas.

**Agosto**

Constituição do 7º Fundo da BFA GA denominado de BFA Oportunidades V, com um valor totalmente subscrito de 10 mil milhões de Kwanzas.

**Dezembro**

Liquidação do 3º Fundo da BFA GA denominado de BFA Protecção (Fundo de protecção cambial), tendo o mesmo alcançado uma rentabilidade líquida de 81,36%.

**Dezembro**

Constituição do 8º Fundo da BFA GA denominado de BFA Oportunidades VI, com um valor totalmente subscrito de 20 mil milhões de Kwanzas.

**2021**

Constituição de 5 Fundos de Investimento, perfazendo um total de cerca de Kz 66 mil milhões captado só em 2021.

# GOVERNAÇÃO E SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

## ORGANIZAÇÃO INTERNA

### Organização Interna - Controlo Interno e Gestão de Riscos

O Sistema de Controlo Interno da BFA GA consiste no plano de organização de todos os métodos e procedimentos adoptados pela Administração para a consecução do objectivo de gestão de assegurar, tanto quanto for praticável, a metódica e eficiente conduta das suas actividades. Inclui-se como objectivos, a adesão às políticas da administração, a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.

Em virtude da BFA GA se encontrar em início de actividade, e havendo necessidade de cumprir não só com os requisitos legais e regulatórios, mas também com as best practices, o Banco de Fomento Angola, S.A. ("BFA"), no âmbito da relação de grupo e da posição de controlo sobre a BFA GA, além do know - how relativo às matérias de controlo interno e gestão de risco, partilha parte do seu Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco.

O actual Sistema de Controlo Interno da BFA GA é constituído por 4 componentes, com objectivos e instrumentos específicos, que suportam o adequado e integrado Sistema de Controlo Interno da BFA GA:

1. Ambiente de Controlo: diz respeito às atitudes dos órgãos da administração e colaboradores da BFA GA, considerando os níveis de conhecimento e experiência adequados às funções, bem como os elevados princípios éticos e de integridade com que actuam.
2. Sistema de Gestão de Risco: visa estabelecer um conjunto de políticas e processos integrados que assegurem a correcta identificação, avaliação, monitorização, controlo e reporte dos riscos. Deve considerar todos os riscos relevantes e garantir a sua gestão eficaz, consistente e tempestiva.
3. Informação e Comunicação: Os sistemas de informação e comunicação da BFA GA devem assegurar informação completa, fiável, consistente, compreensível e alinhada aos objectivos e medidas definidos, bem como procedimentos de recolha, tratamento e divulgação da mesma, em conformidade com as melhores práticas.

4. Monitorização: a monitorização do sistema de controlo interno diz respeito à contínua e eficaz detecção tempestiva das deficiências ao nível da estratégia, políticas, processos e todas as categorias de risco, bem como princípios éticos e profissionais.

### Sistema de Gestão de Risco

O Sistema de Gestão do Risco permite obter uma visão e gestão integradas dos riscos a que as instituições se encontram expostas, de forma a mitigar as potenciais perdas associadas à ocorrência de eventos de risco. Na BFA GA, o Sistema de Gestão do Risco compreende como funções essenciais:

- Definição da Estratégia
- Identificação e avaliação da exposição aos riscos
- Monitorização e controlo
- Reporte e avaliação de desempenho

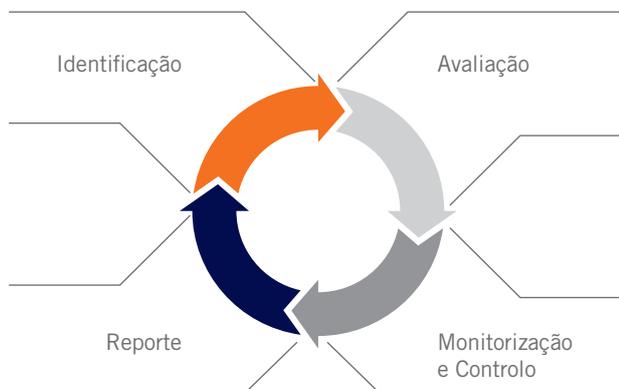
A gestão de riscos na BFA GA assenta, assim, na constante identificação e análise da exposição aos diferentes tipos de risco, bem como na execução de estratégias de optimização de resultados face aos mesmos. Destaca-se, ainda, o integral respeito pelas restrições e limites pré-estabelecidos e devidamente supervisionados.

Ainda neste âmbito, a BFA GA tem em desenvolvimento um extenso plano de criação e melhoria de procedimentos, processos e normativos internos, no sentido de identificar e corrigir eventuais falhas e melhorar a respectiva abrangência e objectividade.

A monitorização do sistema de controlo interno, é essencialmente conduzida pela Direcção de Auditoria e Inspecção ("DAI") do BFA, que procura avaliar a efectividade, eficácia e a adequação do sistema, através da monitorização do cumprimento dos processos e procedimentos estipulados.

A DAI é responsável por garantir análises periódicas às actividades da BFA GA, por forma a salvaguardar a integridade e segurança de activos da BFA GA, bem como o cumprimento da regulamentação e normativo interno aplicáveis e o controlo dos riscos. Adicionalmente, a DAI é responsável por verificar a adequação dos diversos processos de controlo face aos novos riscos identificados e a sua adequação à legislação vigente relativa a cada processo.

O modelo de gestão de risco Compliance da BFA GA, conduzido pela Direcção de Compliance do BFA, é essencialmente composto por quatro fases:



### Identificação

Identifica os riscos actuais e potenciais a que a BFA GA está sujeita, através do recurso a informação actualizada, tempestiva e fiável das diversas áreas. Esta fase tem como principais actividades:

- Reunir informação fiável e tempestiva das diversas áreas;
- Definir a estratégia para identificação de riscos;
- Identificar riscos existentes ou novos;
- Definir e rever indicadores e limites de risco; e
- Incorporar recomendações dos relatórios de risco.

### Avaliação

Avalia toda a informação recolhida das diversas áreas, para posterior submissão a mecanismos de avaliação qualitativos ou quantitativos consistentes e auditáveis. Esta fase tem como principais actividades:

- Reunir dados fiáveis e tempestivos das diversas áreas;
- Definir pressupostos e modelos de mensuração do risco;
- Desenvolver modelos de mensuração do risco;
- Calcular e analisar o impacto dos riscos identificados;
- Validar e garantir a actualização e adequabilidade dos modelos de mensuração de risco; e
- Sujeitar os modelos de mensuração a auditorias periódicas e implementar as respectivas recomendações de melhoria, caso existam.

### Monitorização e Controlo

A gestão do risco é sujeita a um processo de monitorização contínuo. Para isso são definidos limites e mecanismos de controlo. Esta fase tem como principais actividades:

- Monitorizar indicadores de risco;
- Monitorizar os limites definidos no plano de contingência de risco;
- Garantir a actualização e adequabilidade dos indicadores e limites aos diferentes ciclos económicos;
- Desenvolver mecanismos de controlo e alertas de risco;
- Efectuar stress testing com base na definição de cenários de risco; e
- Monitorizar a adequação do Sistema de Gestão de Riscos.

### Reporte

O reporte dos resultados e mecanismos utilizados, deve ser comunicado sempre que exista necessidade ou mediante uma periodicidade definida estabelecida pelas entidades reguladoras ou internamente. Esta fase tem como principais actividades:

- Elaborar relatórios com base na informação disponibilizada;
- Elaborar recomendações para mitigação do risco;
- Submeter os relatórios para análise do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Conselho de Administração;
- Elaborar plano de acção e responsabilidades para mitigação do risco;
- Promover a divulgação dos relatórios de forma estruturada às áreas da BFA GA; e
- Monitorizar a implementação das actividades definidas no plano de acção.

### Política De Distribuição De Resultados

A política de distribuição de resultados está estabelecida nos Estatutos, que define a seguinte prioridade de utilização dos lucros:

- Cobertura de prejuízos transitados de exercícios anteriores;
- Formação ou reconstituição de reserva legal;
- Formação ou reconstituição de reservas especiais impostas por lei;
- Pagamento do dividendo prioritário que for devido às acções privilegiadas, nomeadamente preferenciais sem voto, que a BFA GA porventura haja emitido;

- 40% da parte restante para distribuição a todos os accionistas, salvo se a Assembleia Geral deliberar por uma maioria correspondente a dois terços do capital social, a sua afectação, no todo ou em parte, à constituição e/ou reforço de quaisquer reservas, ou à realização de quaisquer outras aplicações específicas de interesse da Sociedade;
- A parte remanescente, a aplicação que for deliberada pela Assembleia Geral por maioria simples.
- Actualmente, a distribuição de resultados é alocada para formação da reserva legal.

### Princípios Éticos e Conflitos de Interesse

A conduta ética de todos os colaboradores da BFA GA é um dos factores críticos para o desenvolvimento e sucesso de uma organização, uma vez que comporta benefícios, não só ao nível reputacional, mas também no que respeita à eficiência operacional, gestão prudencial dos riscos e satisfação dos próprios colaboradores.

Neste sentido, o Código de Conduta, o Regulamento do Conselho de Administração e o Regulamento da Comissão Executiva contemplam os mais altos padrões de actuação, em conformidade com princípios éticos e deontológicos, e definem regras, princípios e procedimentos no sentido de permitir a identificação, monitorização e mitigação de conflitos de interesse.

A BFA GA promove a transparência nas relações, envolvendo órgãos sociais e colaboradores, inibindo a participação em actividades ilegais bem como a tomada excessiva de risco, o que contribui para a transparência das relações contratuais entre o Banco e as suas contrapartes. A BFA GA, estipula, ainda, que, quer os membros dos órgãos sociais quer os colaboradores, não podem receber ofertas de valor não simbólico que comprometam o exercício das suas funções com total independência.

A actividade profissional dos membros dos órgãos sociais e dos colaboradores pertencentes à BFA GA rege-se pelos princípios éticos definidos no Código de Conduta da BFA GA, aprovado no Conselho de Administração, cujas linhas principais se resumem:

1. Assegurar que para além de cumprir as regras e deveres que decorrem das disposições legais e regulamentares aplicáveis, a actividade da BFA GA, dos membros dos órgãos sociais e dos colaboradores será prosseguida de acordo com o rigoroso cumprimento dos princípios éticos e deontológicos e com exemplar comportamento cívico;
2. Garantir diligência e competência profissionais, designadamente no desempenho das funções profissionais, em observância aos ditames da boa-fé e actuar de acordo com elevados padrões de diligência, lealdade e transparência. Garantir aos Clientes e às autoridades competentes, o dever de segredo profissional e uma resposta rigorosa, oportuna e completa às solicitações apresentadas;
3. Gerir o Conflito de Interesses: (i) nas situações em que haja conflito entre os interesses de dois ou mais clientes deverão ser resolvidas com ponderação e equidade, de modo a assegurar um tratamento imparcial às partes envolvidas; (ii) os conflitos entre interesses de clientes, por um lado, e os da BFA GA ou dos seus colaboradores e membros dos órgãos sociais, por outro, suscitados no âmbito da actividade corrente, devem ser resolvidos através da satisfação dos interesses dos clientes, salvo nos casos em que exista alguma razão de natureza legal ou contratual para proceder de forma diferente;
4. Proibir benefícios ilegítimos e abuso de posição: não é permitido aos membros dos órgãos sociais ou aos colaboradores solicitar, aceitar ou receber, para si ou para terceiro, qualquer vantagem, patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, relacionada ou que represente a contrapartida de qualquer acto ou omissão praticado no desempenho das suas funções ao serviço do Banco (quer esse acto constitua ou não violação dos seus deveres funcionais);
5. Relações com as Autoridades: nas relações com as autoridades de supervisão – CMC -, bem como com a Administração Fiscal e as autoridades judiciais, os membros dos órgãos sociais e os colaboradores devem proceder com diligência, solicitando aos respectivos superiores hierárquicos o esclarecimento das dúvidas que, eventualmente lhes surjam;
6. Nos contactos com os clientes e com o mercado, os órgãos sociais e colaboradores da BFA GA devem pautar a sua conduta pela máxima discrição e devem guardar sigilo profissional acerca dos serviços prestados aos seus clientes e sobre os factos ou informações relacionadas com os mesmos ou com terceiros, cujo conhecimento lhes advenha do desenvolvimento das respectivas actividades.
7. Entendendo a importância da definição de um claro e objectivo manual de referência de comportamentos que constitua uma ferramenta de orientação ética na tomada de decisões em contexto empresarial, a BFA GA disponibiliza o Código de Conduta da instituição a todos os colaboradores.

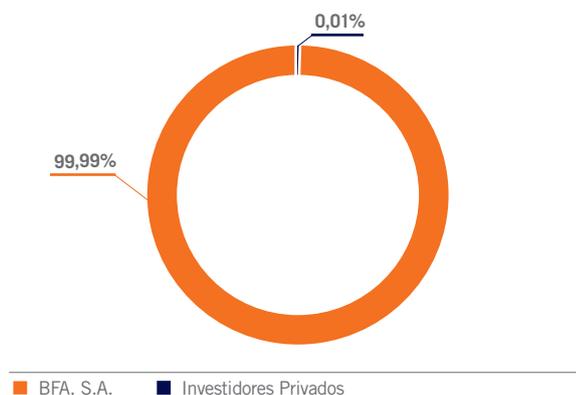
## ESTRUTURA SOCIETÁRIA E MODELO DE GOVERNO

A Constituição da BFA Gestão de Activos foi autorizada pela Comissão do Mercado de Capitais “CMC” aos 27 de Dezembro de 2016, tendo sido atribuído o número 001/SGOIC/CMC/12-2016, podendo exercer as actividades previstas no nº 1 do artigo 53 do Deceto Legislativo Presidencial nº 7/13 de 11 de Outubro, sobre o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo e nas demais legislações aplicáveis.

## ESTRUTURA SOCIETÁRIA E PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL

O capital social da BFA Gestão de Activos estava, em 31 de Dezembro de 2020, repartido pelos seguintes Accionistas:

Estrutura Accionista



O BFA é o maior Accionista privado da BFA GA (Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo), com 99,99% do capital e o principal prestador de serviços como Depositário e Comercializador dos Fundos até agora constituídos pela BFA GA.

Ao longo da sua existência, o BFA tem sido um apoio e incentivo para as iniciativas, sendo habitual o BFA ser dos primeiros bancos do sistema a procurar e implementar soluções inovadoras de investimento para os seus clientes.

## MODELO DE GOVERNO

O modelo de funcionamento da BFA Gestão de Activos obedece aos requisitos da Lei das instituições Financeiras (Lei n. °12/2015, de 17 de Junho) bem como aos requisitos definidos no Decreto 7/13 da CMC sobre o Regime Jurídico dos Organismos Colectivo e está estabelecido nos seus estatutos o seguinte Modelo Organizacional:

### ORGÃOS SOCIAIS

#### ASSEMBLEIA GERAL

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### CONSELHO FISCAL

São Órgãos Estatuários os Órgãos Sociais, designadamente:

1. Assembleia Geral
2. Conselho de Administração
3. Conselho Fiscal

Todos os membros dos órgãos de governação da BFA GA têm competência técnica, experiência profissional e idoneidade moral para o exercício da Função.

Estes quadros são vinculados a rigorosos deveres de confidencialidade e sujeitos a um conjunto de regras tendentes a prevenir a existência de conflitos de interesse ou situações de abuso de informação privilegiada, respeitando os melhores princípios da boa e prudente gestão.

#### Assembleia Geral

##### Competências

- Alteração dos estatutos da sociedade, incluindo a relativa a aumentos ou reduções do capital social
- Fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade
- Emissão de quaisquer valores mobiliários que possam vir a dar lugar à subscrição ou conversão em acções
- Introdução de limitações ou supressão do direito de preferência dos Accionistas em aumentos de capital
- Aquisição e alienação de acções ou de obrigações próprias
- Distribuição de lucros do exercício, nos termos previstos nos Estatutos
- Outras distribuições de bens a Accionistas e adiantamentos por conta de lucros
- Cessação ou suspensão de actividades que a sociedade venha exercendo
- Aprovação e alteração de quaisquer esquemas de prémios, de participação nos resultados, stock-options ou de pensões que tenha por universo membros dos órgãos sociais, salvo se tais matérias hajam sido delegadas numa comissão de remunerações;
- Nomeação e destituição do auditor externo;
- Qualquer matéria de gestão da sociedade que o Conselho de Administração submeta à sua apreciação.

### Competências

- Aprovação dos planos de negócio e estratégico dos orçamentos e quaisquer alterações aos mesmos, nas condições definidas nos Estatutos
- Decisões de impacto patrimonial significativo (ou seja, com valor superior a 7,5% dos capitais próprios) ou estratégico que não estejam previstas no plano de negócio ou no orçamento, nomeadamente, despesas e/ou investimentos que despoletem a necessidade de aumento dos capitais próprios e acordos de parceria, joint-venture ou similares
- Qualquer mudança significativa na área geográfica de actuação da sociedade, salvo se prevista no plano estratégico ou no plano de negócio;
- Aprovação da proposta a submeter à Assembleia Geral em matéria de distribuição de lucros, reservas ou outros bens aos accionistas, quanto em percentagem diferente à que decorre do previsto nos estatutos;
- Operações com partes relacionadas que excedam USD 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil dólares americanos), salvo se se tratar de operações realizadas em condições de mercado e dentro dos limites para o efeito fixados pelo Conselho de Administração;
- Emissão de dívida subordinada, salvo se prevista no orçamento;
- Alteração dos regulamentos do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e a aprovação e alteração de quaisquer outros em matéria de risco;
- O adiantamento por conta de lucros, salvo se previstos no orçamento ou no plano de negócio;
- A constituição de qualquer subsidiária (ou seja, sociedade cujo capital seja controlado em mais de 50% pela sociedade), ou a tomada de participação que altere a formação de uma subsidiária, bem como a perda de controlo de subsidiárias ou a alienação de unidades de negócio, salvo, em qualquer caso, as operações previstas no plano de negócio;
- O relatório do Conselho de Administração em sede de oferta pública de aquisição, tendo por objecto valores mobiliários emitidos pela sociedade;
- A destituição ou rescisão do respectivo contrato relativo aos auditores externos, se tal competência couber ao Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho de Administração são registadas em acta, lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes.

Para regular o seu funcionamento interno, o Conselho de Administração delegou a gestão corrente da BF GA numa Comissão Executiva, composta por 3 a 7 membros, com os limites que foram fixados na deliberação que procedeu a essa delegação e no regulamento de funcionamento da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

### Periodicidade

As reuniões do Conselho de Administração são realizadas no mínimo mensalmente e sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

### Comissão Executiva do Conselho de Administração

|               |  |
|---------------|--|
| Competências  | <p>No âmbito do seu regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração e subordinado aos planos de acção e ao orçamento anual, bem como a outras medidas e orientações aprovadas pelo mesmo, a CECA dispõe de amplos poderes de gestão corrente da sociedade necessários ou convenientes para o exercício da actividade gestão, nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada na lei, nomeadamente, poderes para decidir e representar a sociedade.</p> <p>O seu exercício é objecto de permanente acompanhamento pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Auditor Externo.</p> |
| Periodicidade | A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, por convocação do seu Presidente, habitualmente uma vez por semana, e, no mínimo, uma vez por mês.  |

### O Conselho Fiscal

|               |  |
|---------------|--|
| Competências  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fiscalizar a administração da Sociedade</li> <li>• Zelar pela observância da lei e do contrato de sociedade;</li> <li>• Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;</li> <li>• Verificar a exactidão do balanço e da demonstração de resultados;</li> <li>• Verificar se os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;</li> <li>• Elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório, Contas e propostas apresentadas pela Administração;</li> <li>• Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da respectiva Mesa o não faça;</li> <li>• Cumprir as demais atribuições constantes da lei, contrato de sociedade e directrizes da CMC.</li> </ul> |
| Periodicidade | O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre.  |

### Auditor Externo

|               |   |
|---------------|---|
| Competências  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Auditar as Demonstrações Financeiras da Sociedade com referência a 30 de Junho e 31 de Dezembro de cada ano;</li> <li>• Emitir parecer quanto à veracidade e adequação do Relatório Anual sobre a Governação Corporativa e o Sistema de Controlo Interno.</li> </ul> |
| Periodicidade | O Auditor Externo efectua anualmente revisões de procedimentos a Direcções e/ou processos seleccionados para o efeito durante um período de 4 anos conforme previsto na Lei das Instituições Financeiras.   |

## Comissão de Auditoria e Controlo Interno

### Competências

- Assegurar a formalização e operacionalização de um sistema de prestação de informação eficaz e devidamente documentado, incluindo o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras;
- Supervisionar a formalização e operacionalização das políticas e práticas contabilísticas da instituição;
- Rever todas as informações de cariz financeiro para publicação ou divulgação interna, designadamente as contas anuais da administração;
- Fiscalizar a independência e a eficácia da auditoria interna, aprovar e rever o âmbito e a frequência das suas acções e supervisionar a implementação das medidas correctivas propostas;
- Supervisionar a actuação da função de *Compliance*;
- Supervisionar a actividade e a independência dos auditores externos, estabelecendo um canal de comunicação com o objectivo de conhecer as conclusões dos exames efectuados e os relatórios emitidos.

## Supervisor

### COMISSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS

Endereço: Rua do MAT, Complexo Clássicos de Talatona, Bloco A5, 1º e 2º Luanda, Angola

Contactos: (+244) 992 518 292 | 949 546 473 - Fax: (+244) 222 704 609

[institucional@cmc.gv.ao](mailto:institucional@cmc.gv.ao)

## COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

|                 |                             |
|-----------------|-----------------------------|
| Presidente      | António José Simões Matias  |
| Vice-Presidente | Rosário Manuel Alberto Dala |
| Secretário      | Lucas Borges Guimarães      |

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

|                 |  |
|-----------------|--|
| Presidente      | Luis Roberto Gonçalves                         |
| Vice-Presidente | Vera Cristina Tangué Escórcio                  |
| Vogais          | Rui Oliveira<br>Manuel André<br>Carla de Jesus |

### COMISSÃO EXECUTIVA

|            |                                |
|------------|--------------------------------|
| Presidente | Rui Oliveira                   |
| Vogais     | Manuel André<br>Carla de Jesus |

### CONSELHO FISCAL

|            |  |
|------------|--|
| Presidente | Henriques Camões Serra                                   |
| Vogais     | Catarino Eduardo César<br>Eliana Maria Fortes dos Santos |
| Suplentes  | Ana Marisa Domingos<br>Katiavala Carvalho da Silva       |

### AUDITOR EXTERNO

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A  
Edifício Moncada Prestige, Rua do Assalto ao Quartel  
de Moncada n.152º  
Luanda, Angola

## ORGANOGRAMA

O organograma da BFA Gestão de Activos assenta numa estrutura funcional, permitindo uma divisão das áreas e funções de cada Direcção, sob a alçada de cada um dos Administradores Executivos.

### COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**Manuel André**  
ADM Executivo

Contabilidade, Instalação  
e Património  
Operações e Sistemas  
de Informação  
Capital Humano



**Rui Oliveira**  
Presidente da CECA

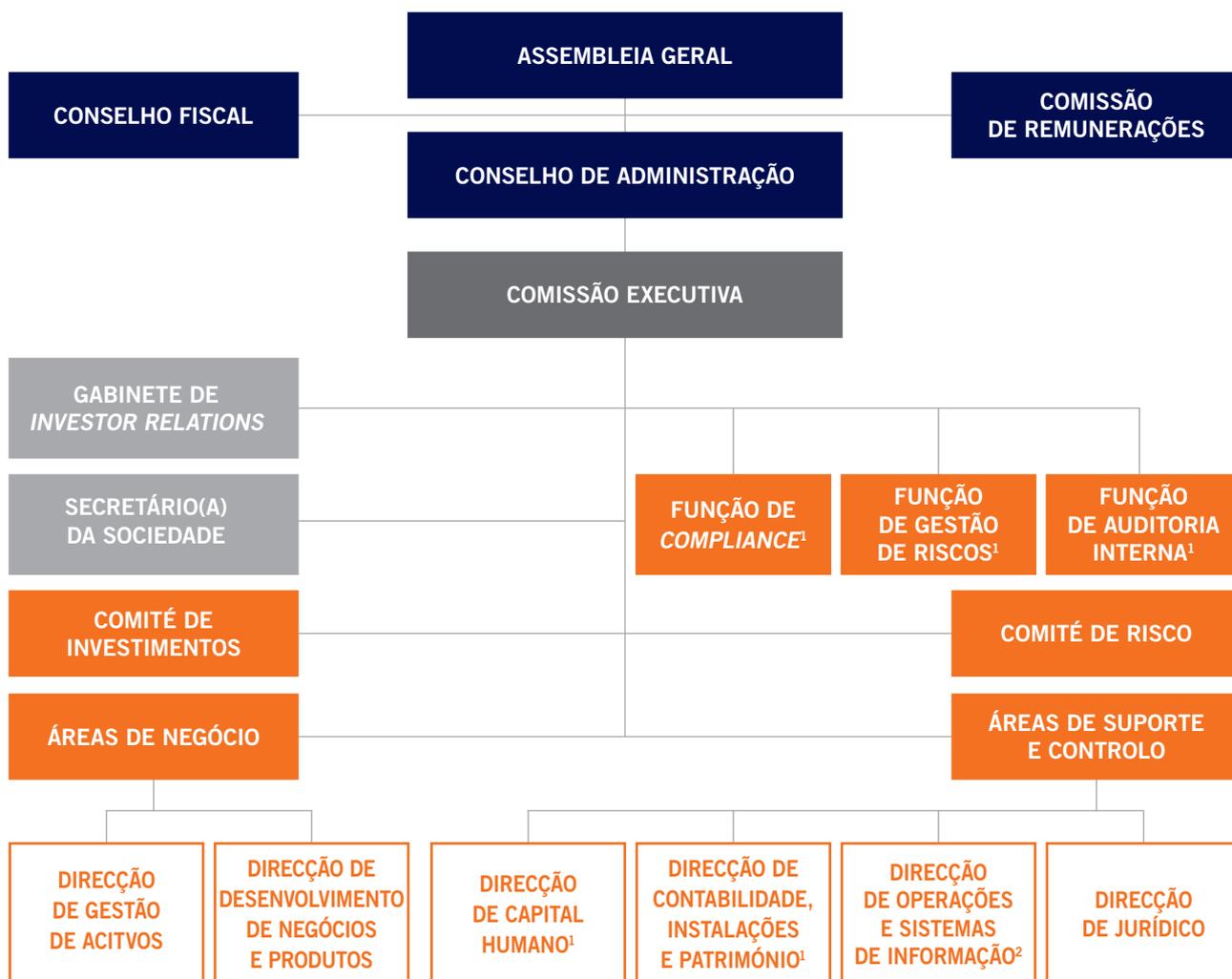
Compliance  
Risco e Jurídico  
Auditoria  
Investor Relations



**Carla de Jesus**  
ADM Executiva

Gestão de Activos  
Desenvolvimento  
de Negócio e Produtos

## ESTRUTURA ORGÂNICA



■ Órgãos de Supervisão

■ Órgãos de Gestão

■ Órgãos Colegiais

■ Órgão de Estrutura

1 Funções a subcontratar ao BFA

2 Funções a subcontratar parcialmente ao BFA

# COMISSÃO EXECUTIVA



## RUI OLIVEIRA

### Presidente

Data de Nascimento  
07 Agosto 1988

Rui Oliveira é Presidente da Comissão Executiva da BFA Gestão de Activos desde 2017. possui mais de 10 anos de experiência no Mercado Financeiro, especializado em produtos estruturados, renda fixa, análise técnica e modelagem financeira. Anteriormente, esteve envolvido na implementação de projectos chave na região Sub-Sariana, aonde originou e executou transacções com instituições financeiras de desenvolvimento, fundos soberanos e credores corporativos internacionais. Projectos incluem: o lançamento da BODIVA e sua integração no CoSSE; a angariação de investimentos para a Eurobond Angolana de \$3 mil milhões de dólares; estruturação do Portal de Investidor do Ministério das Finanças; e mais recentemente, o Fundo de Desenvolvimento Agrícola da SADC como assessor da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Começou a sua carreira em gestão de patrimónios no Morgan Stanley e Citigroup, onde ajudou a servir uma base de clientes de 450 famílias com \$400 milhões de dólares em Activos Sob Gestão. Está hoje, igualmente envolvido em projectos sem fins lucrativos, como Fundador da Academia Santa Catarina (iniciativa que visa incentivar e fornecer educação vocacional em engenharia financeira e sustentabilidade) e Membro do Conselho de Administração da Berkeley College Foundation em Nova Iorque. Como escritor e blogger de opinião em economia da inovação e mercados financeiros, ele é destacado regularmente na Universidade de Oxford, Imperial College London, AFSIC e CNBC África.

Actualmente estuda Gestão de Investimentos e Machine Learning na EDHEC Business School; possui um PGDip em Estratégia e Inovação pela Universidade de Oxford; Certificação em Investimentos em Valores Mobiliários (Nível 3) do Chartered Institute For Securities & Investment (CISI); Mestrado em Finanças na Imperial College London; Licenciatura em Gestão pela Berkeley College; e, programas de treinamento profissional em operações de títulos, e investimentos em valores mobiliários no ICMA, e LSEG Academy.



## MANUEL ANDRÉ

### Administrador

Data de Nascimento  
21 Junho 1971

Manuel André, com 25 anos de experiência no sector Bancário, é administrador executivo da BFA Gestão de Activos desde Janeiro de 2021. Antes, desempenhou inúmeras funções de relevo no Banco de Fomento Angola (BFA), instituição aonde iniciou o seu percurso profissional desde 1996. Tendo ascendido para a função de Gerente em 2002, em 2006 para Director de Área, em 2010 para Director regional e Director da Banca de Empresas em 2014, função que permaneceu até 2021. Licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Lusíada de Angola. Frequência do Mestrado em Gestão de Empresas na Universidade Europeia. Fez ainda formações complementares, incluindo sobre PCBCFT, Risco e Compliance, Liderança e Gestão Organizacional, Mercado de Capitais, Corporate Governace, e Estratégia Inovação e Liderança.



## CARLA DE JESUS

### Administradora

Data de Nascimento  
20 Outubro 1976

Carla Yessénia Lousada Lourenço Evangelista de Jesus, com 24 anos de experiência no sector Financeiro, é administradora executiva da BFA Gestão de Activos desde Março de 2021. Antes, foi consultora do Conselho de Administração do Banco de Fomento Angola (BFA) desde Novembro de 2020 após ter saído do Banco Crédito do Sul (BCS) onde integrava a comissão executiva como administradora. Passou pelo Banco Postal (BP) entre Setembro de 2016 à Fevereiro de 2019, igualmente como administradora executiva. De Fevereiro de 2015 a Setembro de 2016, foi directora comercial no Banco de Fomento Angola, antes directora da Direcção de Particulares e Negócios no mesmo banco (BFA), isto é, entre 2007 -2010, após dirigir a Direcção Comercial do Banco VTB-África (2006-2007). O seu percurso profissional teve o seu início no Banco de Comércio e Indústria (BCI) em 1997 até 2006, onde desempenhou de igual modo Funções de relevo. Licenciada em gestão de Empresas pela Universidade Gregório Semedo, Pós-graduada em Gestão Intellectus / Universidade do Minho, Portugal, possui um Mini MBA em Finanças, Portugal. Fez ainda formações complementares, incluindo sobre Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, Análise e Gestão de Risco de Crédito, Liderança e Gestão de Equipas, Mercados Monetário e Cambial, Corporate Governance, e Estratégia Inovação e Liderança.

# COMISSÃO EXECUTIVA



**Manuel André**  
ADM Executivo



**Rui Oliveira**  
Presidente da CECA



**Carla de Jesus**  
ADM Executiva



# 4

## ANÁLISE FINANCEIRA

Proposta de Aplicação dos Resultados

45

# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS



**GESTÃO DE ACTIVOS**

Considerando que no exercício de 2021, a BFA Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A, obteve Resultados Líquidos no valor de KZ 528.315.674.00 (Quinhentos e vinte e oito milhões, trezentos e quinze mil, Seiscentos e setenta e quatro kwanzas);

O Conselho de Administração propõe que os Resultados Líquidos do Exercício de KZ 528.315.674.00 (Quinhentos e vinte e oito milhões, trezentos e quinze mil, Seiscentos e setenta e quatro kwanzas), sejam aplicados da seguinte maneira:

- Reservas Legais: KZ 158.505.502,14 correspondente a 30% do resultado líquido do exercício;
- Reservas Livres: KZ 369.846.171,65 correspondente a 70% do resultado líquido do exercício.

O Conselho de Administração



# 5

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

|                                    |    |
|------------------------------------|----|
| Demonstrações Financeiras          | 48 |
| Notas às Demonstrações Financeiras | 50 |
| Relatório do auditor Independente  | 70 |
| Parecer do Conselho Fiscal         | 74 |

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Kwanzas – Kz, excepto quando expressamente indicado)

(Valores em AOA)

| ACTIVO                        | Notas | Valor Bruto          | Provisões<br>Imparidades<br>Amortizações<br>Depreciações | (31-12-2021)         | (31-12-2020)       |
|-------------------------------|-------|----------------------|--|----------------------|--------------------|
| Disponibilidades              | 4     | 278 187 173          | -  | 278 187 173          | 206 469 299        |
| Títulos e valores mobiliários | 5     | 957 406 448          | -  | 957 406 448          | 618 230 109        |
| Créditos                      | 6     | 369 073 147          | -  | 369 073 147          | 78 918 284         |
| Activos imobiliários          | 7     | 63 809 527           | (49 953 949)   | 13 855 579           | 22 015 830         |
| Activos Fixos Tangíveis       |       | 37 249 266           | (23 393 687)   | 13 855 579           | 22 015 830         |
| Activos Fixos Intangíveis     |       | 26 560 262           | (26 560 262)   | -                    | -                  |
| <b>TOTAL DO ACTIVO</b>        |       | <b>1 668 476 296</b> | <b>(49 953 949)</b>                                      | <b>1 618 522 348</b> | <b>925 633 522</b> |

(Valores em AOA)

| PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO                     | Notas | (31-12-2021)         | (31-12-2020)       |
|---|-------|----------------------|--------------------|
| Outras Obrigações                             | 8     | 310 205 299          | 145 668 147        |
| <b>TOTAL DO PASSIVO</b>                       |       | <b>310 205 299</b>   | <b>145 668 147</b> |
| Capital                                       | 9     | 50 000 000           | 50 000 000         |
|   |       | -                    | -                  |
| Reservas                                      |       | 729 965 375          | 309 723 179        |
| Reserva Legal                                 |       | 61 944 636           | 61 944 636         |
| Outras Reservas                               |       | 668 020 739          | 247 778 544        |
| Resultado Líquido do Exercício                |       | 528 351 674          | 420 242 195        |
| <b>TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS</b>               |       | <b>1 308 317 048</b> | <b>779 965 375</b> |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b> |       | <b>1 618 522 348</b> | <b>925 633 522</b> |

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Kwanzas – Kz, excepto quando expressamente indicado)

(Valores em AOA)

| RUBRICAS                                     | Notas | 31-12-2021           | 31-12-2020         |
|--|-------|----------------------|--------------------|
| JUROS E OUTROS RENDIMENTOS                   | 10    | 1 290 790 149        | 757 245 430        |
| <b>TOTAL JUROS E OUTROS RENDIMENTOS</b>      |       | <b>1 290 790 149</b> | <b>757 245 430</b> |
| RENDIMENTOS DE CÂMBIO                        | 11    | 7 546 305            | 71 760 240         |
| <b>TOTAL RENDIMENTOS DE CÂMBIO</b>           |       | <b>7 546 305</b>     | <b>71 760 240</b>  |
| AJUSTES POSITIVOS VALOR MERCADO              | 12    | 116 918 481          | -                  |
| <b>TOTAL AJUSTES POSITIVOS VALOR MERCADO</b> |       | <b>116 918 481</b>   | <b>-</b>           |
| OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS              |       | 1 031 374            | -                  |
| <b>TOTAL OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS</b> |       | <b>1 031 374</b>     | <b>-</b>           |
| <b>TOTAL DOS PROVEITOS</b>                   |       | <b>1 416 286 309</b> | <b>829 005 670</b> |
| JUROS E OUTRAS DESPESAS                      | 13    | 31 349 680           | 21 137 728         |
| PERDAS DE CÂMBIO                             | 11    | 10 318 932           | 10 345 973         |
| AJUSTES NEGATIVOS VALOR MERCADO              | 12    | 30 357 861           | -                  |
| IMPOSTOS E PENALIDADES                       | 14    | 249 012 618          | 127 371 606        |
| CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS                 |       | 566 895 544          | 249 908 168        |
| Prestação de Serviços                        | 15    | 558 735 293          | 241 272 035        |
| Amortizações e Depreciações                  | 7     | 8 160 251            | 8 636 133          |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS</b>                    |       | <b>887 934 635</b>   | <b>408 763 474</b> |
| <b>APURAMENTO DO RESULTADO</b>               |       | <b>528 351 674</b>   | <b>420 242 195</b> |

## DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DOS FUNDOS PRÓPRIOS PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

(Valores em AOA)

|   | Total da<br>Situação Líquida | Capital<br>social | Reservas          |                    | Resultado<br>líquido |
|---|------------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|----------------------|
|   |                              |                   | Reserva Legal     | Outras Reservas    |                      |
| <b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>          | <b>359 723 180</b>           | <b>50 000 000</b> | <b>30 741 223</b> | <b>122 964 892</b> | <b>101 711 836</b>   |
| Recebimentos por aumento de capital             | -                            | -                 | -                 | -                  | -                    |
| Incorporação de lucros ou prejuízos acumulados  | -                            | -                 | -                 | -                  | -                    |
| Efeito da subscrição da unidade de participação | -                            | -                 | -                 | -                  | -                    |
| Aplicação do resultado líquido de 2019          | 420 242 195                  | -                 | -                 | -                  | 420 242 195          |
| Constituição de reservas                        | -                            | -                 | 61 944 636        | 247 778 544        | -                    |
| Compensação de prejuízos                        | -                            | -                 | -                 | -                  | (523 084)            |
| <b>Saldos em 31 de Dezembro 2020</b>            | <b>779 965 375</b>           | <b>50 000 000</b> | <b>61 944 636</b> | <b>247 778 544</b> | <b>420 242 194</b>   |

(Valores em AOA)

|   | Total da<br>Situação Líquida | Capital<br>social | Reservas          |                    | Resultado<br>líquido |
|---|------------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|----------------------|
|   |                              |                   | Reserva Legal     | Outras Reservas    |                      |
| <b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>         | <b>779 965 375</b>           | <b>50 000 000</b> | <b>61 944 636</b> | <b>247 778 544</b> | <b>420 242 194</b>   |
| Recebimentos por aumento de capital             | -                            | -                 | -                 | -                  | -                    |
| Incorporação de lucros ou prejuízos acumulados  | -                            | -                 | -                 | -                  | -                    |
| Efeito da subscrição da unidade de participação | -                            | -                 | -                 | -                  | -                    |
| Apropriação do resultado líquido do exercício   | 528 351 674                  | -                 | -                 | -                  | 528 351 674          |
| Constituição de reservas                        | -                            | -                 | 61 944 636        | 668 020 739        | -                    |
| <b>Saldos em 31 de Dezembro 2021</b>            | <b>1 308 317 049</b>         | <b>50 000 000</b> | <b>61 944 636</b> | <b>668 020 739</b> | <b>528 351 674</b>   |

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

(Valores em AOA)

| RUBRICAS  | Notas | (31-12-2021)           | (31-12-2020)           |
|---|-------|------------------------|------------------------|
| <b>Fluxo de Caixa de Juros e outros Rendimento</b>            |       | <b>3 337 973 488</b>   | <b>1 633 768 298</b>   |
| Recebimentos  |       | 8 296 641              | 801 312                |
| Recebimento de Proveitos Inerentes Outros Activos em Carteira |       | 2 089 726 758          | 957 665 600            |
| Recebimentos de Proveitos Inerentes à Carteira de Títulos     |       | 380 573 497            | 53 742 775             |
| Recebimentos de Proveitos Inerentes à Caixa de Comissões      |       | 859 376 592            | 621 558 611            |
| <b>FLUXO DE CAIXA DOS RECEBIMENTOS</b>                        |       | <b>3 337 973 488</b>   | <b>1 633 768 298</b>   |
| Fluxo de Caixa de Juros e Outras Despesas                     |       | (2 728 411 895)        | (1 125 410 776)        |
| Pagamento de Custos Inerentes a Outros Activos em Carteira    |       | (2 221 015 094)        | (955 544 776)          |
| Pagamentos de Custos Inerentes a Carteira de Títulos          |       | (507 396 800)          | (169 866 000)          |
| <b>Fluxo de Caixa com Ajustes ao Valor de Mercado</b>         |       | <b>-</b>               | <b>(9 412 034)</b>     |
| Pagamento de Custos de Títulos para Negociação                |       | -                      | (9 412 034)            |
| <b>Fluxo de Caixa de Impostos</b>                             |       | <b>(120 017 091)</b>   | <b>(61 763 635)</b>    |
| Pagamento de Custos Inerentes aos Impostos Pagos em Angola    |       | (120 017 091)          | (61 763 635)           |
| <b>Fluxo de Caixa de Comissões</b>                            |       | <b>(2 979 059)</b>     | <b>(2 188 270)</b>     |
| Pagamento de Custos de Outras Comissões                       |       | (2 979 059)            | (2 188 270)            |
| <b>Fluxo de Caixa de Custos e Perdas Operacionais</b>         |       | <b>(450 337 753)</b>   | <b>(22 535 558)</b>    |
| Pagamento de Custos Inerentes à Prestação de Serviços         |       | (450 337 753)          | (22 535 558)           |
| <b>Fluxo de Caixa de Outros Custos e Perdas</b>               |       | <b>(98 174 060)</b>    | <b>(255 277 489)</b>   |
| Pagamento de Outros Custos e Perdas                           |       | (98 174 060)           | (255 277 489)          |
| <b>FLUXO DE CAIXA DOS PAGAMENTO</b>                           |       | <b>(3 399 919 858)</b> | <b>(1 476 587 761)</b> |
| <b>SALDOS DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO</b>                |       | <b>(61 946 371)</b>    | <b>157 180 537</b>     |
| Saldo em Disponibilidade no Início do Período                 |       | 206 469 299            | 49 288 762             |
| Saldo em Disponibilidade no Fim do Período                    |       | 144 522 928            | 206 469 299            |

# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A BFA Gestão de Activos SGOIC, S.A. (adiante igualmente designado por “BFA – Gestão de Activos” ou “Sociedade”), foi constituída por Escritura Pública de 16 de Dezembro de 2015, tendo iniciado a sua actividade em Janeiro de 2017, após efectuar o registo junto da Comissão de Mercado de Capitais (CMC), em 30 de Dezembro de 2016.

A BFA – Gestão de Activos é uma Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo (Fundos de Investimento) e está autorizada a prestar todos os serviços descritos no Código de Valores Mobiliários combinado com o Decreto Legislativo Presidencial nº7/13 de 11 de Outubro sobre o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo e demais regulamentação.

Conforme indicado na Nota 9, em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a BFA – Gestão de Activos é detida maioritariamente pelo Banco de Fomento Angola, S.A.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da BFA – Gestão de Activos foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o Plano de Contas dos Organismo de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras, nos termos do Regulamento da Comissão do mercado de Capitais n.º 9/16 de 6 de Julho.

As demonstrações financeiras da BFA – Gestão de Activos encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola em cada data de referência. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de

Administração da BFA – Gestão de Activos em **18 de Abril de 2022**, e serão submetidas para aprovação da Assembleia Geral que tem o poder de as alterar. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham ser aprovadas sem alterações significativas.

### 2.2 Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os câmbios do Kwanza (AOA) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

|       | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-------|------------|------------|
| 1 USD | 554,981    | 649,604    |
| 1 EUR | 629,015    | 798,429    |

### 2.3 Créditos

Esta categoria respeita aos valores a receber das comissões não liquidadas pelos Fundos geridos. No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

### 2.4 Títulos e valores mobiliários

Durante o exercício de 2021 a Sociedade alterou o modelo de valorização dos seus títulos e valores mobiliários. Estes títulos e valores mobiliários encontram-se classificados ao justo-valor através de resultados devido à natureza do modelo de negócio adoptado pela Sociedade.

Estes títulos e valores mobiliários, após o reconhecimento inicial pelo seu justo-valor, estes são reavaliados mensalmente, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da revalorização reconhecido em resultados do período, na rubrica “Ajustes positivos/ negativos valor de mercado”.

Na data do desreconhecimento o ganho ou perda apurado na mais(menos) valia realizada é reconhecida em resultados na rubrica “Ajustes positivos/ negativos valor de mercado”.

A Sociedade procedeu à classificação dos instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor de acordo com a hierarquia prevista na norma IFRS 13.

#### **Instrumentos com cotação em mercado activo (nível 1)**

Nesta categoria são incluídos os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transacções para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transaccionados.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros: (i) derivados negociados em mercado organizado e (ii) acções cotadas em bolsa.

#### **Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)**

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados, que requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização e utilizam pressupostos semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. A Sociedade utiliza como inputs nos seus modelos variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros: (i) obrigações sem cotação em bolsa; e (ii) Derivados (OTC) mercado de balcão.

#### **Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)**

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. As bases e pressupostos de cálculo do justo valor estão em conformidade com os princípios do IFRS 13.

Nesta categoria, incluem-se, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros: (i) títulos de dívida valorizados com recurso a inputs não observáveis no mercado; (ii) acções não cotadas; (iii) derivados (OTC) mercado de balcão com cotações fornecidas por terceiras entidades.

O justo valor dos instrumentos financeiros deve ser estimado, sempre que possível, recorrendo a cotações em mercado activo. Um mercado é considerado activo, e, portanto, líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efectuam transacções de forma regular.

Na existência de mercado suficientemente líquido para obtenção de preços directamente do Mercado, as Obrigações do Tesouro em moeda nacional não reajustáveis emitidos pelo Estado Angolano e detidas pela Sociedade são reavaliadas com base num modelo do valor actual dos fluxos futuros (discounted cash-flows). A curva de desconto usada pode ser observada directamente no relatório diário da BODIVA, que a Sociedade considera como sendo o mercado referência para transacção destes títulos.

### **2.5 Activos intangíveis e outros activos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida expectável de cada um dos activos, que corresponde aos seguintes anos de vida útil estimada:

|                         | Anos de vida útil |
|-------------------------|-------------------|
| Mobiliário e Material   | 10                |
| Equipamento Informático | 3                 |
| Material Transporte     | 3                 |
| Outros Equipamentos     | 6                 |

Os activos intangíveis, que correspondem principalmente a software informático, são registados ao custo de aquisição e amortizados linearmente ao longo de um período de três anos.

## 2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

## 2.7 Comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; ou
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

## 2.8 Imposto sobre os lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

### Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

### Imposto Industrial

A BFA – Gestão de Activos encontra-se sujeita a tributação em sede do Imposto Industrial, nos termos do Regime Geral de Tributação. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do novo Código do Imposto Industrial (i.e., Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, a qual introduziu alterações significativas ao Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro). Neste contexto, a BFA – Gestão de Activos encontra-se sujeita à taxa aplicável de 25%, de acordo com o n.º 1 do artigo 64.º do Código do Imposto Industrial.

Os proveitos dos títulos da dívida pública, resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro) e pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, bem assim como os restantes rendimentos obtidos pela BFA – Gestão de Activos sujeitos a tributação em sede de IAC, gozam de isenção ou não sujeição em sede do Imposto Industrial, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 47.º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que para a determinação da matéria tributável deduzir-se-ão do lucro líquido apurado nos termos dos artigos anteriores os proveitos ou ganhos sujeitos a IAC.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro, emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos ao IAC, à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e, bem assim, a Imposto Industrial, no caso das mais ou menos-valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital).

Ademais, a referida Lei, consagrou, entre outras alterações, a elegibilidade das variações cambiais realizadas favoráveis e desfavoráveis como proveitos e custos fiscalmente aceites, respectivamente, não relevando fiscalmente aquelas que não sejam realizadas.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2017 a 2021.

Adicionalmente, o Imposto Industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada até ao final do mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais.

Sem prejuízo do que antecede, os contribuintes que apurem prejuízo no exercício imediatamente anterior encontram-se dispensados de efectuar a entrega da liquidação provisória.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício podem ser deduzidos aos lucros tributáveis de um ou mais, dos cinco anos posteriores.

O registo dos impactos fiscais das transacções realizadas pela BFA – Gestão de Activos corresponde ao entendimento da gestão sobre o tratamento fiscal aplicável à luz da legislação emitida. Nas situações em que haja lugar a interpretação e tal venha a ser questionado pela AGT, a gestão procede à sua reanálise, avaliando a probabilidade (superior ou inferior ao 50%) de o tratamento fiscal adoptado ser aceite e, conseqüentemente, determina qual o valor mais provável ou o valor esperado de activos ou passivos por imposto, a registar.

### **Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)**

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras da BFA – Gestão de Activos. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo o último entendimento das Autoridades Fiscais dirigido à ABANC (carta com a referência 196/DGC/AGT/2016, de 17 de Maio de 2016), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2013 se encontram sujeitos a este imposto.

Ademais, cumpre ainda referir que, segundo a posição das Autoridades Fiscais, as reavaliações cambiais de títulos de dívida pública emitidos em moeda nacional, mas indexados a moeda estrangeira, emitidos desde 1 de Janeiro de 2013, deverão ser sujeitas a Imposto Industrial até que o Banco Nacional de Angola se encontre em condições de efectuar a devida retenção na fonte em sede de IAC.

### **Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)**

A Lei n.º 7/19, de 24 de Abril (alterada pela Lei n.º 17/19, de 12 de Agosto), aprovou o Código do IVA tendo este imposto entrado em vigor em 1 de Outubro de 2019. Adicionalmente, através de legislação avulsa, foram aprovadas novas alterações ao regime

de IVA, mas que não constam directamente vertidas no Código deste imposto.

A Sociedade encontrava-se no regime transitório de tributação do IVA (aplicável, entre 1 de Outubro de 2019 a 30 de Dezembro de 2020, a sujeitos passivos (com excepção dos cadastrados na Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes ou que voluntariamente optem pela sujeição ao regime geral de tributação) que, nos exercícios fiscais de 2019 e 2020, desde que tenham atingido no exercício anterior um volume anual de negócios ou operações de importação superior em Kwanzas equivalente ao montante previsto para as Micro-Empresas, conforme a alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 30/11, de 13 de Setembro) até ao final do ano de 2020, sujeito a tributação simplificada, isto é, (i) liquidação de IVA à taxa de 3% sobre o volume de negócios respeitante aos três meses anteriores (periodicidade trimestral), (ii) à liquidação de IVA à taxa de 14% sobre o valor das importações realizadas e (iii) à autoliquidação de IVA à taxa de 3% sobre o valor efectivamente pago relativo à aquisição de serviços a prestadores não residentes em Angola.

Com a Lei de Orçamento Geral do Estado para o ano 2021 (Lei n.º 42/20, de 31 de Dezembro), além do regime geral de tributação de IVA consagrado no Código do IVA (e legislação avulsa aplicável), foram introduzidos os seguintes regimes especiais de IVA:

- i. O regime simplificado de IVA (que vem substituir o anterior regime transitório acima referido), aplicável a sujeitos passivos que nos 12 meses anteriores tenham tido um volume de negócios ou operações de importação igual ou inferior a KZ 350.000.000,00 (excepto se o sujeito passivo estiver cadastrado na Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes ou que voluntariamente opte pela sujeição ao regime geral de tributação);
- ii. O regime de não sujeição de IVA, aplicável a pessoas singulares ou colectivas cujo volume de negócios ou operações de importação seja igual ou inferior a KZ 10.000.000,00.

Considerando o volume anual de negócios do BFA – Gestão de Activos no exercício fiscal de 2020, a partir de 1 de Janeiro de 2021, a Sociedade encontra-se abrangida no regime geral de tributação em IVA (em resultado de não lhe ser aplicável os regimes especiais acima referidos), não obstante de não ter

concretizado ainda a formalização da alteração da actividade, para efeitos de IVA, para este regime geral.

Nos termos do regime geral de tributação estabelecido no Código do IVA, estão sujeitas a este imposto: (i) as transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas no território nacional, a título oneroso por um sujeito passivo, agindo nessa qualidade; e (ii) as importações de bens.

Importa assinalar que a taxa normal de IVA vigente no território Angolano, aplicável às operações sujeitas a IVA e dele não isentas é de 14%.

Não obstante, o Código do IVA prevê isenções para determinadas operações, incluindo a isenção aplicada às operações de intermediação financeira descritas no Anexo III a este Código, excepto as que dão lugar ao pagamento de uma taxa, ou contraprestação, específica e predeterminada, pela sua realização. Esta isenção não confere direito à dedução do IVA incorrido pelo sujeito passivo nas aquisições de bens e serviços conexas com operações isentas.

Nos termos do Anexo III ao Código do IVA, são, nomeadamente, consideradas como operações de intermediação financeira susceptíveis de ser isentas deste imposto, as operações de “gestão de fundos comuns de investimento”.

Deste modo, o BFA Gestão de Activos efectua operações de gestão de organismos de investimento colectivo que beneficiam de tal isenção, não podendo deduzir o IVA incorrido em aquisições de bens e serviços.

Ademais, o Código do IVA, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º, estabelece que, para efeitos deste imposto, e em regra geral, a prestação de serviços ocorre no território nacional quando nele o adquirente possui domicílio, sede ou estabelecimento estável para o qual os serviços são adquiridos. Neste contexto, o n.º 2 do artigo 29.º do Código do IVA, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º deste mesmo compêndio tributário, prevê o mecanismo de inversão do sujeito passivo, através do qual “sempre que o adquirente seja um sujeito passivo, o imposto é devido por esse mesmo adquirente, relativamente a prestações de serviços localizadas no território nacional, nos termos do artigo 10.º, quando o prestador de serviços seja um sujeito passivo não residente e não disponha de um estabelecimento estável em território nacional” – i.e. o adquirente, sujeito passivo de IVA em Angola, deverá (auto)liquidar o IVA angolano devido nas prestações de serviços localizadas em Angola, quando as mesmas sejam prestadas por fornecedores não residentes.

## Outros impostos

A BFA – Gestão de Activos está igualmente sujeita a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, bem como outras taxas.

## 2.9 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação.

## 2.10 Principais estimativas contabilísticas

As contas da Sociedade integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada. Desta forma, em algumas situações as estimativas apuradas pelo Conselho de Administração da Sociedade, poderiam ser diferentes caso um julgamento distinto fosse efectuado. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

## Justo-valor dos Títulos e valores mobiliários

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, sendo, na sua ausência, determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rendibilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor (ver nota 2.4).

### 3. INFORMAÇÃO DETALHADA DA CARTEIRA DE OIC GERIDA

Com referência a 31 de Dezembro de 2021, a BFA – Gestão de Activos efectua a gestão de um total de 7 Fundos de Investimento, nomeadamente, Fundos BFA Oportunidades IV, BFA Oportunidades VI, BFA Oportunidades VII, BFA Oportunidades VIII, BFA Oportunidades IX, BFA Oportunidades X e BFA Private II, Fundos Especiais de Investimento em Valores Mobiliários Fechados (FEIVMF).

Em 31 de Dezembro de 2021, a carteira do fundo de investimento gerido pela BFA – Gestão de Activos apresenta a seguinte composição:

#### BFA Oportunidades IV

Reporte Legal OIC Valores Mobiliários - Regulamento CMC nº 4/14

Sociedade Gestora : BFA GESTÃO DE ACTIVOS

Carteira : 06.FIM6, BFA OPORTUNIDADES IV - FEIVMF

Data: 2021-12-31

#### A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC

| Designação  | Quantidade/<br>Montante | Preço  | Moeda | Preço AOA | Juros AOA          | Valor AOA             |
|---|-------------------------|--------|-------|-----------|--------------------|-----------------------|
| <b>1 - Instr. Fin. Negociados M. Regulamentado</b>          |                         |        |       |           | <b>390 631 760</b> | <b>12 045 173 650</b> |
| <b>1.1 - Mercados regulamentados nacionais</b>              |                         |        |       |           | <b>390 631 760</b> | <b>12 045 173 650</b> |
| 1.1.1 - Instrumentos de dívida pública                      |                         |        |       |           | 390 631 760        | 12 045 173 650        |
| OTNR16,25%25/04/2022  | 104 300                 | 98 580 | AOA   | 98 580    | 316 625 000        | 10 598 468 637        |
| OTNR16,25%25/04/2022  | 5 982                   | 99 642 | AOA   | 99 642    | 33 283 003         | 629 341 333           |
| OTNR16,25%25/04/2022  | 7 800                   | 99 569 | AOA   | 99 569    | 40 723 757         | 817 363 679           |
| <b>5 - Liquidez</b>   |                         |        |       |           | <b>16 284 949</b>  | <b>970 884 666</b>    |
| <b>5.1 - À vista</b>  |                         |        |       |           |                    | <b>138 646 721</b>    |
| 5.1.2 - Depósitos à ordem                                   |                         |        |       |           |                    | 138 646 721           |
| Depósito à Ordem  |                         |        | AOA   |           |                    | 138 646 721           |
| <b>5.2 - A prazo</b>  |                         |        |       |           | <b>16 284 949</b>  | <b>832 237 945</b>    |
| 5.2.1 - Depósitos com pré-aviso e a prazo                   |                         |        |       |           | 16 284 949         | 832 237 945           |
| DP 7d 3,5 03/01/22  |                         |        | AOA   |           | 52 015             | 108 539 835           |
| DP 7d 3,5 03/01/22  |                         |        | AOA   |           | <b>16 232 934</b>  | <b>723 698 110</b>    |
| <b>B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC</b>                      | <b>13 016 058 316</b>   |        |       |           |                    |                       |
| <b>D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO</b> |                         |        |       |           |                    |                       |
| D.1. Categoria A  | 10 000 000              |        |       |           |                    |                       |

**BFA Oportunidades VI**

Reporte Legal OIC Valores Mobiliários - Regulamento CMC nº 4/14

Sociedade Gestora : BFA GESTÃO DE ACTIVOS

Carteira : 08.FIM8, BFA OPORTUNIDADES VI - FEIVMF

Data: 2021-12-31

**A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC**

| Designação  | Quantidade/<br>Montante | Preço  | Moeda | Preço AOA | Juros AOA            | Valor AOA             |
|---|-------------------------|--------|-------|-----------|----------------------|-----------------------|
| <b>1 - Instr. Fin. Negociados M. Regulamentado</b>          |                         |        |       |           | <b>1 600 551 293</b> | <b>22 726 194 768</b> |
| 1.1 - Mercados regulamentados nacionais                     |                         |        |       |           | 1 600 551 293        | 22 726 194 768        |
| 1.1.1 - Instrumentos de dívida pública                      |                         |        |       |           | 1 600 551 293        | 22 726 194 768        |
| OTNR15.75%09/01/2022  | 212 483                 | 99 423 | AOA   | 99 423    | 1 600 551 293        | 22 726 194 768        |
| <b>5 - Liquidez</b>   |                         |        |       |           | <b>16 294 697</b>    | <b>1 308 126 748</b>  |
| 5.1 - À vista   |                         |        |       |           |                      | 163 970 390           |
| 5.1.2 - Depósitos à ordem                                   |                         |        |       |           |                      | 163 970 390           |
| Depósito à Ordem  |                         |        | AOA   |           |                      | 163 970 390           |
| <b>5.2 - A prazo</b>  |                         |        |       |           | <b>16 294 697</b>    | <b>1 144 156 358</b>  |
| 5.2.1 - Depósitos com pré-aviso e a prazo                   |                         |        |       |           | 16 294 697           | 1 144 156 358         |
| DP 7d 3,5 03/01/22  |                         |        | AOA   |           | 74 663               | 155 799 630           |
| DP 90d 10,5 03/02/22  |                         |        | AOA   |           | 16 220 034           | 988 356 728           |
| <b>B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC</b>                      | <b>24 034 321 516</b>   |        |       |           |                      |                       |
| <b>D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO</b> |                         |        |       |           |                      |                       |
| D.1. Categoria A  | 20 000 000              |        |       |           |                      |                       |

**BFA Oportunidades VII**

Reporte Legal OIC Valores Mobiliários - Regulamento CMC nº 4/14

Sociedade Gestora : BFA GESTÃO DE ACTIVOS

Carteira : 09.FIM9, BFA OPORTUNIDADE VII - FEIVMF

Data: 2021-12-31

**A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC**

| Designação  | Quantidade/<br>Montante | Preço  | Moeda | Preço AOA | Juros AOA          | Valor AOA             |
|---|-------------------------|--------|-------|-----------|--------------------|-----------------------|
| <b>1 - Instr. Fin. Negociados M. Regulamentado</b>          |                         |        |       |           | <b>959 343 130</b> | <b>16 949 364 363</b> |
| <b>1.1 - Mercados regulamentados nacionais</b>              |                         |        |       |           | <b>959 343 130</b> | <b>16 949 364 363</b> |
| 1.1.1 - Instrumentos de dívida pública                      |                         |        |       |           | 959 343 130        | 16 949 364 363        |
| OTNR15,75%17/08/2022  | 154 000                 | 97 782 | AOA   | 97 782    | 902 971 467        | 15 961 451 833        |
| OTNR12,00%04/07/2022  | 9 551                   | 97 533 | AOA   | 97 533    | 56 371 663         | 987 912 530           |
| <b>5 - Liquidez</b>   |                         |        |       |           | <b>44 680</b>      | <b>89 584 650</b>     |
| <b>5.1 - À vista</b>  |                         |        |       |           |                    | <b>629</b>            |
| 5.1.2 - Depósitos à ordem                                   |                         |        |       |           |                    | 629                   |
| Depósito à Ordem  |                         |        | AOA   |           |                    | 629                   |
| <b>5.2 - A prazo</b>  |                         |        |       |           | <b>44 680</b>      | <b>89 584 021</b>     |
| 5.2.1 - Depósitos com pré-aviso e a prazo                   |                         |        |       |           | 44 680             | 89 584 021            |
| DP 7d 3,5 03/01/22  |                         |        | AOA   |           | 42 363             | 88 398 718            |
| DP 30d 3,5 20/01/22   |                         |        | AOA   |           | 2 317              | 1 185 303             |
| <b>B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC</b>                      | <b>17 038 949 013</b>   |        |       |           |                    |                       |
| <b>D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO</b> |                         |        |       |           |                    |                       |
| D.1. Categoria A  | 15 000 000              |        |       |           |                    |                       |

**BFA Oportunidades VIII**

Reporte Legal OIC Valores Mobiliários - Regulamento CMC nº 4/14

Sociedade Gestora : BFA GESTÃO DE ACTIVOS

Carteira : 10.FIM10, BFA OPORTUNIDADES VIII - FEIVMF

Data: 2021-12-31

**A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC**

| Designação  | Quantidade/<br>Montante | Preço  | Moeda | Preço AOA | Juros AOA          | Valor AOA             |
|---|-------------------------|--------|-------|-----------|--------------------|-----------------------|
| <b>1 - Instr. Fin. Negociados M. Regulamentado</b>          |                         |        |       |           | <b>594 826 442</b> | <b>15 359 703 449</b> |
| <b>1.1 - Mercados regulamentados nacionais</b>              |                         |        |       |           | <b>594 826 442</b> | <b>15 359 703 449</b> |
| 1.1.1 - Instrumentos de dívida pública                      |                         |        |       |           | 594 826 442        | 15 359 703 449        |
| OTNR15.75%01/04/2022  | 149 425                 | 98 811 | AOA   | 98 811    | 594 826 442        | 15 359 703 449        |
| <b>5 - Liquidez</b>   |                         |        |       |           | <b>24 934 525</b>  | <b>1 180 945 219</b>  |
| <b>5.1 - À vista</b>  |                         |        |       |           |                    | <b>166 790</b>        |
| 5.1.2 - Depósitos à ordem                                   |                         |        |       |           |                    | 166 790               |
| Depósito à Ordem  |                         |        | AOA   |           |                    | 166 790               |
| <b>5.2 - A prazo</b>  |                         |        |       |           | <b>24 934 525</b>  | <b>1 180 778 429</b>  |
| 5.2.1 - Depósitos com pré-aviso e a prazo                   |                         |        |       |           | 24 934 525         | 1 180 778 429         |
| DP 180d12,5 11/04/22  |                         |        | AOA   |           | 24 583 693         | 921 888 496           |
| DP 30d 6,5 20/01/22   |                         |        | AOA   |           | 324 044            | 165 745 173           |
| DP 7d 3,5 05/01/22  |                         |        | AOA   |           | <b>26 787</b>      | <b>93 144 760</b>     |
| <b>B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC</b>                      | <b>16 540 648 668</b>   |        |       |           |                    |                       |
| <b>D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO</b> |                         |        |       |           |                    |                       |
| D.1. Categoria A  | 15 000 000              |        |       |           |                    |                       |

**BFA Oportunidades IX**

Reporte Legal OIC Valores Mobiliários - Regulamento CMC nº 4/14

Sociedade Gestora : BFA GESTÃO DE ACTIVOS

Carteira : 11.FIM11, BFA OPORTUNIDADES IX - FEIVMF

Data: 2021-12-31

**A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC**

| Designação  | Quantidade/<br>Montante | Preço  | Moeda | Preço AOA | Juros AOA          | Valor AOA             |
|---|-------------------------|--------|-------|-----------|--------------------|-----------------------|
| <b>1 - Instr. Fin. Negociados M. Regulamentado</b>          |                         |        |       |           | <b>920 270 360</b> | <b>14 715 129 608</b> |
| <b>1.1 - Mercados regulamentados nacionais</b>              |                         |        |       |           | <b>920 270 360</b> | <b>14 715 129 608</b> |
| 1.1.1 - Instrumentos de dívida pública                      |                         |        |       |           | 920 270 360        | 14 715 129 608        |
| OTNR15,75%05/02/2023  | 144 310                 | 95 592 | AOA   | 95 592    | 920 270 360        | 14 715 129 608        |
| <b>5 - Liquidez</b>   |                         |        |       |           | <b>0</b>           | <b>97 930 335</b>     |
| <b>5.1 - À vista</b>  |                         |        |       |           |                    | <b>97 930 335</b>     |
| 5.1.2 - Depósitos à ordem                                   |                         |        |       |           |                    | 97 930 335            |
| Depósito à Ordem  |                         |        | AOA   |           |                    | 97 930 335            |
| <b>B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC</b>                      | <b>14 813 059 943</b>   |        |       |           |                    |                       |
| <b>D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO</b> |                         |        |       |           |                    |                       |
| D.1. Categoria A  | 14 000 000              |        |       |           |                    |                       |

**BFA Oportunidades X**

Reporte Legal OIC Valores Mobiliários - Regulamento CMC nº 4/14

Sociedade Gestora : BFA GESTÃO DE ACTIVOS

Carteira : 05.FIM5, BFA PRIVATE - FEIVMF

Data: 2020-12-31

**A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC**

| Designação  | Quantidade/<br>Montante | Preço  | Moeda | Preço AOA | Juros AOA          | Valor AOA             |
|---|-------------------------|--------|-------|-----------|--------------------|-----------------------|
| <b>1 - Instr. Fin. Negociados M. Regulamentado</b>          |                         |        |       |           | <b>491 160 714</b> | <b>12 134 439 330</b> |
| <b>1.1 - Mercados regulamentados nacionais</b>              |                         |        |       |           | <b>491 160 714</b> | <b>12 134 439 330</b> |
| 1.1.1 - Instrumentos de dívida pública                      |                         |        |       |           | 491 160 714        | 12 134 439 330        |
| OTNR16,25%05/04/2024  | 90 000                  | 85 258 | AOA   | 85 258    | 353 571 429        | 8 026 788 956         |
| OTNR16,25%26/04/2024  | 46 000                  | 86 306 | AOA   | 86 306    | 137 589 286        | 4 107 650 374         |
| <b>5 - Liquidez</b>   |                         |        |       |           | <b>403 889</b>     | <b>78 840 535</b>     |
| <b>5.1 - À vista</b>  |                         |        |       |           |                    | <b>230 080</b>        |
| 5.1.2 - Depósitos à ordem                                   |                         |        |       |           |                    | 230 080               |
| Depósito à Ordem  |                         |        | AOA   |           |                    | 230 080               |
| <b>5.2 - A prazo</b>  |                         |        |       |           | <b>403 889</b>     | <b>78 610 455</b>     |
| 5.2.1 - Depósitos com pré-aviso e a prazo                   |                         |        |       |           | 403 889            | 78 610 455            |
| DP 30d 6,5% 02/01/22  |                         |        | AOA   |           | <b>403 889</b>     | <b>78 610 455</b>     |
| <b>B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC</b>                      | <b>12 213 279 865</b>   |        |       |           |                    |                       |
| <b>D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO</b> |                         |        |       |           |                    |                       |
| D.1. Categoria A  | 12 000 000              |        |       |           |                    |                       |

**BFA PRIVATE II**

Reporte Legal OIC Valores Mobiliários - Regulamento CMC nº 4/14

Sociedade Gestora : BFA GESTÃO DE ACTIVOS

Carteira : 12.FIM12, BFA PRIVATE II - FEIVMF

Data: 2021-12-31

**A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC**

| Designação  | Quantidade/<br>Montante | Preço  | Moeda | Preço AOA | Juros AOA          | Valor AOA             |
|---|-------------------------|--------|-------|-----------|--------------------|-----------------------|
| <b>1 - Instr. Fin. Negociados M. Regulamentado</b>          |                         |        |       |           | <b>423 426 508</b> | <b>10 577 945 793</b> |
| <b>1.1 - Mercados regulamentados nacionais</b>              |                         |        |       |           | <b>423 426 508</b> | <b>10 577 945 793</b> |
| 1.1.1 - Instrumentos de dívida pública                      |                         |        |       |           | 423 426 508        | 10 577 945 793        |
| OTNR16%05/04/2023   | 87 842                  | 94 868 | AOA   | 94 868    | 339 784 440        | 8 673 194 933         |
| OTNR16%15/03/2023   | 13 932                  | 95 051 | AOA   | 95 051    | 66 504 133         | 1 390 754 542         |
| OTNR16,00%24/12/2022  | 935                     | 94 917 | AOA   | 94 917    | 328 791            | 89 075 798            |
| OTNR15.75%04/04/2023  | 4 050                   | 91 914 | AOA   | 91 914    | 15 596 394         | 387 847 649           |
| OTNR15.75%16/10/2022  | 364                     | 98 517 | AOA   | 98 517    | 1 212 750          | 37 072 872            |
| <b>5 - Liquidez</b>   |                         |        |       |           | <b>44 037</b>      | <b>190 410 286</b>    |
| <b>5.1 - À vista</b>  |                         |        |       |           |                    | <b>66 724 848</b>     |
| 5.1.2 - Depósitos à ordem                                   |                         |        |       |           |                    | 66 724 848            |
| Depósito à Ordem  |                         |        | AOA   |           |                    | 66 724 848            |
| <b>5.2 - A prazo</b>  |                         |        |       |           | <b>44 037</b>      | <b>123 685 438</b>    |
| 5.2.1 - Depósitos com pré-aviso e a prazo                   |                         |        |       |           | 44 037             | 123 685 438           |
| DP 30d 6,5 22/01/22   |                         |        | AOA   |           | 44 037             | 123 685 438           |
| <b>B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC</b>                      | <b>10 768 356 079</b>   |        |       |           |                    |                       |
| <b>D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO</b> |                         |        |       |           |                    |                       |
| D.1. Categoria A  | 10 000 000              |        |       |           |                    |                       |

#### 4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de Disponibilidades tem a seguinte composição:

| Disponibilidades em Instituições Financeiras | 31-12-2021         | 31-12-2020         |
|--|--------------------|--------------------|
| Depósitos à vista                            | 144 522 928        | 206 469 299        |
| Depósitos a prazo                            | 133 664 245        | -                  |
| <b>Total</b>                                 | <b>278 187 173</b> | <b>206 469 299</b> |

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Títulos e valores mobiliários é apresentada como segue:

| 31-12-2021   |       |            |                    |                    |                   |                    |                    |                   |                    |
|--------------|-------|------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| Título       | Moeda | Quantidade | Data de Vencimento | Custo Aquisição    | P / D Corrido     | Valia Potencial    | Justo Valor        | Juro Corrido      | Valor Balanço      |
| AOTNOI602G18 | AOA   | 376        | 02-08-2024         | 28 248 879         | 4 587 342         | 4 895 474          | 33 144 353         | 1 863 652         | 35 008 005         |
| AOTNOR619A18 | AOA   | 429        | 19-04-2024         | 29 558 100         | 7 755 063         | 8 724 697          | 38 282 797         | 1 046 571         | 39 329 368         |
| AOTNOR719A18 | AOA   | 1 382      | 19-04-2025         | 91 474 580         | 22 978 422        | 26 944 191         | 118 418 771        | 3 371 473         | 121 790 243        |
| AOUGDOHN18G7 | AOA   | 1 100      | 30-12-2023         | 90 816 000         | 11 749 053        | 14 155 016         | 104 971 016        | 1 531 492         | 106 502 507        |
| AOUGDOFM20C0 | AOA   | 850        | 31-03-2022         | 79 050 000         | 4 979 891         | 5 702 857          | 84 752 857         | 3 474 725         | 88 227 582         |
| AOUGDOFL20A6 | AOA   | 421        | 08-07-2022         | 39 624 520         | 1 620 150         | 2 165 927          | 41 790 447         | 3 239 870         | 45 030 317         |
| AOUGDOHF19A6 | AOA   | 222        | 28-02-2023         | 20 004 420         | 1 005 138         | 1 910 544          | 21 914 964         | 1 254 179         | 23 169 143         |
| AOUGDOGM20C8 | AOA   | 487        | 31-03-2023         | 43 528 060         | 2 277 435         | 4 355 189          | 47 883 249         | 2 021 920         | 49 905 168         |
| AOUGDOFA21E9 | AOA   | 1 365      | 21-04-2023         | 118 971 953        | 6 098 800         | 14 715 406         | 133 687 359        | 4 320 000         | 138 007 359        |
| AOUGDOFU21C1 | AOA   | 3 134      | 06-06-2023         | 274 264 629        | 10 447 154        | 32 177 136         | 306 441 766        | 3 994 989         | 310 436 755        |
| <b>Total</b> |       |            |                    | <b>815 541 141</b> | <b>73 498 447</b> | <b>115 746 436</b> | <b>931 287 579</b> | <b>26 118 872</b> | <b>957 406 449</b> |

| 31-12-2020   |       |            |                    |                    |                         |                  |                    |
|--------------|-------|------------|--------------------|--------------------|-------------------------|------------------|--------------------|
| Título       | Moeda | Quantidade | Data de Vencimento | Custo de aquisição | Desconto/Prémio corrido | Juro corrido     | Valor de balanço   |
| AOTNOI602G18 | AOA   | 376        | 02-08-2024         | 28 248 880         | 2 747 364               | 1 770 470        | 32 766 714         |
| AOTNOR619A18 | AOA   | 429        | 19-04-2024         | 29 553 110         | 5 327 449               | 994 243          | 35 874 801         |
| AOTNOR719A18 | AOA   | 1 382      | 19-04-2025         | 91 469 000         | 15 785 349              | 3 202 899        | 110 457 247        |
| AOTNOI071216 | AOA   | 253        | 30-12-2023         | 173 884 704        | 16 841 231              | 53 815           | 190 779 750        |
| AOTNX0726017 | AOA   | 72         | 26-10-2024         | 59 640 161         | -388 469                | 820 877          | 60 072 568         |
| AOUGDOHN18G7 | AOA   | 1 100      | 20-11-2022         | 90 816 000         | 3 373 263               | 4 252 743        | 98 442 006         |
| AOUGDOFM20C0 | AOA   | 850        | 31-03-2022         | 79 050 000         | 1 045 562               | 9 741 460        | 89 837 022         |
| <b>Total</b> |       |            |                    | <b>552 661 855</b> | <b>30 484 533</b>       | <b>6 618 605</b> | <b>618 230 109</b> |

## 6. CRÉDITOS

Com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica apresenta o valor em dívida das comissões de gestão dos fundos geridos pela BFA Gestão de Activos:

| CRÉDITOS             | 31-12-2021         | 31-12-2020        |
|----------------------|--------------------|-------------------|
| BFAPrivate           | -                  | 7 278 156         |
| BFAOportunidadesIII  | -                  | 17 493 575        |
| BFAOportunidadesIV   | 48 371 610         | 30 510 901        |
| BFAOportunidadesV    | -                  | 14 616 313        |
| BFAOportunidadesVI   | 87 233 386         | 9 019 339         |
| BFAOportunidadesVII  | 61 741 280         | -                 |
| BFAOportunidadesVIII | 60 281 530         | -                 |
| BFAOportunidades IX  | 55 464 712         | -                 |
| BFAOportunidades X   | 15 878 497         | -                 |
| BFA Private II       | 40 102 132         | -                 |
|                      | <b>369 073 147</b> | <b>78 918 284</b> |

Sendo as comissões de gestão dos fundos facturadas trimestralmente, os montantes acima referenciados dizem respeito ao quarto trimestre de 2021, isto é Outubro, Novembro e Dezembro de 2021.

## 7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período de 2021 e 2020, as rubricas de Outros Activos Tangíveis e Activos Intangíveis apresentam o seguinte movimento:

|   | 31-12-2020        |                         |                   | 31-12-2021 |                            | 31-12-2021         |                 |                   |                       |                   |
|---|-------------------|-------------------------|-------------------|------------|----------------------------|--------------------|-----------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
|   | Activo Bruto      | Amortizações acumuladas | Activo Líquido    | Aumentos   | Abates alienações e outros | Amortizações       |                 | Activo Bruto      | Amortização acumulada | Activo Líquido    |
|   |                   |                         |                   |            |                            | Do exercício       | Abates e outros |                   |                       |                   |
| <b>Activos Fixos Tangíveis</b>                        |                   |                         |                   |            |                            |                    |                 |                   |                       |                   |
| Móveis, utensílios, instalações e equipamentos        | 37 249 266        | (15 233 436)            | 22 015 830        | -          | -                          | (4 080 126)        | -               | 37 249 266        | (23 393 687)          | 13 855 579        |
|   | 37 249 266        | (15 233 436)            | 22 015 830        | -          | -                          | (4 080 126)        | -               | 37 249 266        | (23 393 687)          | 13 855 579        |
| <b>Activos Intangíveis</b>                            |                   |                         |                   |            |                            |                    |                 |                   |                       |                   |
| Sistemas de tratamento automático de dados (Software) | 26 560 262        | (26 560 262)            | -                 | -          | -                          | -                  | -               | 26 560 262        | (26 560 262)          | -                 |
|   | 26 560 262        | (26 560 262)            | -                 | -          | -                          | -                  | -               | 26 560 262        | (26 560 262)          | -                 |
|   | <b>63 809 528</b> | <b>(41 793 698)</b>     | <b>22 015 830</b> | -          | -                          | <b>(4 080 126)</b> | -               | <b>63 809 528</b> | <b>(49 953 949)</b>   | <b>13 855 579</b> |

|   | 31-12-2019        |                         |                  | 31-12-2020        |                            | 31-12-2020         |                 |                   |                       |                   |
|---|-------------------|-------------------------|------------------|-------------------|----------------------------|--------------------|-----------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
|   | Activo Bruto      | Amortizações acumuladas | Activo Líquido   | Aumentos          | Abates alienações e outros | Amortizações       |                 | Activo Bruto      | Amortização acumulada | Activo Líquido    |
|   |                   |                         |                  |                   |                            | Do exercício       | Abates e outros |                   |                       |                   |
| <b>Activos Fixos Tangíveis</b>                        |                   |                         |                  |                   |                            |                    |                 |                   |                       |                   |
| Móveis, utensílios, instalações e equipamentos        | 15 470 737        | (6 599 959)             | 8 870 778        | 21 778 529        | -                          | (8 633 477)        | -               | 37 249 266        | (15 233 436)          | 22 015 830        |
|   | 15 470 737        | (6 599 959)             | 8 870 778        | 21 778 529        | -                          | (8 633 477)        | -               | 37 249 266        | (15 233 436)          | 22 015 830        |
| <b>Activos Intangíveis</b>                            |                   |                         |                  |                   |                            |                    |                 |                   |                       |                   |
| Sistemas de tratamento automático de dados (Software) | 26 560 262        | (26 557 606)            | 2 656            | -                 | -                          | (2 656)            | -               | 26 560 262        | (26 560 262)          | -                 |
|   | 26 560 262        | (26 557 606)            | 2 656            | -                 | -                          | (2 656)            | -               | 26 560 262        | (26 560 262)          | -                 |
|   | <b>42 030 999</b> | <b>(33 157 565)</b>     | <b>8 873 434</b> | <b>21 778 529</b> | -                          | <b>(8 636 133)</b> | -               | <b>63 809 528</b> | <b>(41 793 698)</b>   | <b>22 015 830</b> |

O aumento do valor registado sobre os Activos Tangíveis, diz respeito à entrada do imobilizado (viatura) que a BFA GA efectou à sua esfera, por via do trespasse efectuado entre a BFA GA e o BFA no âmbito do contracto de redébito (cláusula 1.º, aonde está prevista a aquisição pelo BFA de activos tangíveis em nome da GA e consequente redébito destas despesas (cláusula 3.º).

## 8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Outras Obrigações corresponde maioritariamente à estimativa de imposto industrial de 2021 e aos montantes devidos pela BFA – Gestão de Activos ao accionista BFA, no âmbito do contrato existente entre as partes, relacionados com instalação, pessoal e gestão, conforme segue:

| Outras Obrigações         | 31-12-2021         | 31-12-2020         |
|---------------------------|--------------------|--------------------|
| Imposto Industrial        | 185 990 855        | 104 956 449        |
| Credores diversos a pagar | 119 972 937        | 40 711 698         |
| Acréscimo de custo        | 7 807 243          | -                  |
|                           | <b>313 771 035</b> | <b>145 668 147</b> |

## 9. FUNDOS PRÓPRIOS

A Sociedade foi constituída em 16 de Dezembro de 2015 com um capital social de 50.000.000 AOA.

Com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o capital social da BFA – Gestão de Activos é detido em 99,9% pelo Banco de Fomento Angola S.A., possuindo assim uma relação de grupo e este último uma posição de domínio na referida sociedade, e 0,1% detido por Investidores Privados.

Por deliberação unânime da Assembleia Geral, de 21 de Maio de 2020, foi decidido aplicar o montante de AOA 31 203 413 do Resultado Líquido de 2019 em Reservas Legais.

Por deliberação unânime da Assembleia Geral, de 31 de Março de 2021, foi decidido aplicar o resultado obtido do exercício de 2020, no montante AOA 420.242.195 em Outras Reservas.

De acordo com o artigo 88º do Regulamento 4/14 emitido pela CMC em 30 de Outubro de 2014, sobre o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo, as Sociedades Gestoras de Organismos de Investimento Colectivo devem ter um Capital Social mínimo de AOA 30 milhões.

Adicionalmente, o artigo 89º do mesmo regulamento prevê que, quando o valor líquido global das carteiras sob gestão exceda os AOA 30 mil milhões, a Sociedade tenha de constituir um montante suplementar de fundos próprios que represente no mínimo de 0,02% desse excedente.

Com referência a 31 de Dezembro de 2021, e 2020 a Sociedade cumpre com estes requisitos.

## 10. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

A 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Juros e Outros Rendimentos apresenta a seguinte composição:

|                                      | 31-12-2021           | 31-12-2020         |
|--------------------------------------|----------------------|--------------------|
| Comissões                            |                      |                    |
| Comissão de Gestão                   | 1149 531 455         | 672 642 072        |
| Carteira de Títulos                  |                      |                    |
| Títulos da Dívida Pública            | 138 618 796          | 82 482 534         |
| Outros Juros e Proveitos Equiparados |                      |                    |
| Depósito a Prazo                     | 2 639 898            | 2 120 824          |
| <b>Juros e Outros rendimentos</b>    | <b>1 290 790 149</b> | <b>757 245 430</b> |

O valor registado na rubrica de Comissão de Gestão corresponde à totalidade do valor cobrado aos Fundos pela prestação de serviço de constituição e gestão dos mesmos. O crescimento de cerca de 71% face o ano anterior deve-se pelo aumento do número de Fundos sob gestão e consequentemente o aumento do valor global dos activos sob gestão.

A variação do montante registado em Juros e Outros Rendimentos – Títulos de Dívida Pública advém da aquisição de quatro lotes de obrigações com taxas mais altas do que os que foram vendidos no mesmo período.

## 11. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

A 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Rendimentos de Câmbio apresenta a seguinte composição:

|                                       | 31-12-2021         | 31-12-2020        |
|---------------------------------------|--------------------|-------------------|
| Rendimentos de câmbio                 | 7 546 305          | 71 760 240        |
| Perdas de câmbio                      | (10 318 932)       | (10 345 973)      |
| <b>Rendimentos e Perdas de câmbio</b> | <b>(2 772 627)</b> | <b>61 414 267</b> |

A rubrica acima refere-se aos resultados cambiais relacionados com a reavaliação cambial de títulos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos. Os mesmos foram alienados em Junho de 2021 e, até à data da venda, as variações cambiais foram pouco significativas, o que explica o reduzido resultado cambial em 2021.

## 12. AJUSTES POSITIVOS E NEGATIVOS VALOR MERCADO

A 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica ajustes positivos ao valor do mercado apresenta a seguinte composição:

|                                       | 31-12-2021        | 31-12-2020 |
|---------------------------------------|-------------------|------------|
| Ajuste Positivo Valor de Mercado      | 116 918 481       | -          |
| Ajuste Negativo Valor de Mercado      | (30 357 861)      | -          |
| <b>Rendimentos e Perdas de câmbio</b> | <b>86 560 620</b> | <b>-</b>   |

Nesta rubrica encontra-se incluído o montante de 37 756 415 AOA relacionados com ganhos na alienação de títulos e valores mobiliários. O restante montante é respeitante às valias potenciais dos títulos detidos em carteira.

## 13. JUROS E OUTRAS DESPESAS

A 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Juros e Outras despesas apresenta a seguinte composição:

|                                | 31-12-2021          | 31-12-2020          |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|
| Outras Comissões               |                     |                     |
| Comissão Bancária              | (4 038 417)         | (1 668 520)         |
| Outras Comissões               | (19 262 672)        | (18 568 358)        |
| Outros custos e perdas         |                     |                     |
| Formação                       | (8 048 592)         | ( 900 850)          |
| <b>Juros e Outras despesas</b> | <b>(31 349 680)</b> | <b>(21 137 728)</b> |

Em outras comissões estão registadas despesas relacionadas com o contrato celebrado entre BFA Gestão de Activos e o seu accionista a título de *management fee*, serviços de consultoria, informática, contabilidade, *compliance* e auditoria.

## 14. IMPOSTOS E PENALIDADES

A 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de Impostos apresenta a seguinte composição:

|                                  | 31-12-2021           | 31-12-2020           |
|----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Imposto Industrial               | (185 990 855)        | (107 901 312)        |
| Imposto de Aplicação de Capitais | (9 310 187)          | (2 875 571)          |
| Imposto Selo                     | -                    | ( 8 140)             |
| Imposto de Consumo               | -                    | -                    |
| I.V.A                            | (31 115 783)         | (12 877 436)         |
| Contribuição Especial            | (9 326 507)          | (3 709 399)          |
| Multas                           | (13 269 286)         | -                    |
| <b>Impostos</b>                  | <b>(249 012 618)</b> | <b>(127 371 858)</b> |

## 15. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Prestação de Serviços apresenta a seguinte composição:

|                              | 31-12-2020           | 31-12-2019           |
|------------------------------|----------------------|----------------------|
| Subcontratos - Pessoal       | (282 992 573)        | (146 679 213)        |
| Consultoria                  | (150 729 468)        | (30 580 429)         |
| Rendas                       | (20 000 000)         | (17 391 125)         |
| Outros despesas              | (105 013 252)        | (46 621 268)         |
| <b>Prestação de serviços</b> | <b>(558 735 293)</b> | <b>(241 272 035)</b> |

A rubrica de prestação de serviços inclui despesas relacionadas com os contratos celebrados entre BFA Gestão de Activos e o seu accionista a título de serviços de consultoria, informática, contabilidade, *compliance*, auditoria.

A variação da rubrica deve-se essencialmente à contratação de uma consultora para apoio à elaboração de um plano estratégico 2021-2023 e, consequentemente ao crescimento da Sociedade, à subcontratação de mais colaboradores junto do BFA, no âmbito do contrato de redébito.

## 16. PARTES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas com a BFA – Gestão de Activos:

- as entidades que exercem, directa ou indirectamente, uma influência significativa ou controlo sobre a gestão e política financeira da Sociedade – Accionistas;
- subsidiárias, joint-ventures ou associadas do accionista com controlo sobre a Sociedade;
- pessoal-chave do accionista com controlo sobre a Sociedade (membros do Conselho de Administração executivos e não executivos);
- entidades controladas ou conjuntamente controladas pelo pessoal-chave do accionista com controlo sobre a Sociedade;
- membros íntimos da família de pessoal-chave do accionista com controlo sobre a Sociedade;
- entidades controladas ou conjuntamente controladas pelos membros íntimos da família de pessoal-chave do accionista;
- aquelas em que o Sociedade exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira – Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundos de Investimento;
- pessoal-chave da gerência da Sociedade, considerando-se para este efeito os Membros do Conselho de Administração executivos e não executivos e as entidades controladas ou conjuntamente controladas pelos membros do Conselho de Administração; e
- membros íntimos da família de pessoal-chave da gerência da Sociedade; e
- entidades controladas ou conjuntamente controladas pelos membros íntimos da família de pessoal-chave da gerência da Sociedade.

Com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os principais saldos e transacções mantidos pela Sociedade com entidades relacionadas são os seguintes:

| 31-12-2021            |  |  |  |  |   |  |   |  |  |  |   |   |   |
|-----------------------|--|--|--|--|---|--|---|--|--|--|---|---|---|
|                       | Accionistas da BFA - Gestão de Activos |  | Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa | BFA Oportunidades IV - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Oportunidades V - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Oportunidades VI - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Oportunidades VII - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Oportunidades VIII - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Private II - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Oportunidades IX - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Oportunidades X - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Private - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Oportunidades III - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado |
|                       | BFA                                    |  |  |  |   |  |   |  |  |  |   |   |   |
| Outros activos        |  |  |  | 48 371 610   | -   | 87 233 394   | 61 741 280  | 60 281 530   | 40 102 132   | 55 464 712   | 15 878 490  |   |   |
| Outros passivos       | (127 780 180)                          |  |  |  |   |  |   |  |  |  |   |   |   |
| Proveitos equiparados |  |  |  | 179 133 806  | 146 679 096   | 323 743 086  | 172 022 254   | 133 106 806  | 57 170 828   | 64 110 963   | 15 878 497  | 45 906 407  | 11 779 712  |
| Custos equiparados    | (321 492 883)                          |  |  |  |   |  |   |  |  |  |   |   |   |

| 31-12-2020            |  |        |  |   |   |   |  |   |  |
|-----------------------|--|--------|--|---|---|---|--|---|--|
|                       | Accionistas da BFA - Gestão de Activos |        | Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa | BFA Private - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Oportunidades III - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Protecção - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Oportunidades IV - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Oportunidades V - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado | BFA Oportunidades VI - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado |
|                       | BFA                                    | Outros |  |   |   |   |  |   |  |
| Outros activos        | -                                      | -      | -  | 7 278 157   | 17 493 576  |   | 30 510 902   | 14 616 313  | 9 019 339  |
| Outros passivos       | (40 711 698)                           |        |  |   |   |   |  |   |  |
| Proveitos equiparados |  |        |  | 42 874 225  | 302 572 361   | 195 185 157   | 69 484 214   | 53 507 607  | 9 018 509  |
| Custos equiparados    | (182 078 137)                          |        |  |   |   |   |  |   |  |

## 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em resposta ao actual conflito na Ucrânia, vários países anunciaram sanções económicas sobre a Rússia e nalguns casos, Bielorrússia. Eventuais novas sanções poderão vir a ser implementadas no curto espaço de tempo e poderão abranger outros indivíduos, outras entidades e uma maior abrangência de bens e serviços.

Os impactos económicos resultantes do conflito podem revestirem-se de várias naturezas, tais como: 1) Disrupção significativa de operações na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia; 2) Desafios de liquidez resultantes das sanções económicas aplicadas; 3) Efeitos específicos nos sectores da Banca, serviços financeiros, energia, entre outros resultantes das sanções aplicadas; e 5) Aumento da incerteza na economia global. Estes eventos e as condições de mercado actuais podem ter implicações significativas nas demonstrações financeiras das entidades. Consequentemente, é crítico o entendimento por parte do Conselho de Administração sobre os impactos potenciais e respectiva resposta aos mesmos.

O Conselho de Administração da BFA Gestão de Activos tem implementado um conjunto de controlos internos relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, bem como face a sanções e embargos internacionais, que incluem a análise e verificação de clientes e contrapartes contra as listas de sanções internacionais comumente aceites e mandatórias, ao longo de seu processo de aceitação de clientes e monitorização de transacções. Como consequência do acima mencionado em linha com o regularmente já desenvolvido, a Sociedade encontra-se a realizar procedimentos de confirmação de existência de sanções das suas contrapartes, tendo por base as actualizações mais recentes das listas de sanções internacionais verificadas.

Até à data não foram identificadas entidades constantes das referidas listas e a Sociedade não estima ter qualquer impacto financeiro decorrente desta situação.

# RELATÓRIO DE AUDITORIA



KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.  
Edifício Moncada Prestige – Rua Assalto ao Quartel de Moncada 15 2º  
Luanda – Angola  
+244 227 28 01 01 – www.kpmg.co.ao

## RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

Aos Accionistas da  
BFA Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo ,  
S.A.

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### I. Introdução

1. Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 22/15, de 31 de Agosto (doravante designado por CódVM) e no Regulamento n.º 2/15, de 15 de Maio, sobre os Auditores Externos, auditámos as demonstrações financeiras anexas da **BFA Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.** (“Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo” ou “SGOIC”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021, que evidencia um total de 1 618 522 milhares de kwanzas e um total de capital próprio de 1 308 317 milhares de kwanzas, incluindo um resultado líquido 528 352 milhares de kwanzas, as Demonstrações dos Resultados e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

### II. Responsabilidade Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela:
  - (i) Preparação e apresentação das demonstrações financeiras, que apresentem, de modo apropriado, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade, de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras aprovado pelo Regulamento da CMC n.º 9/16 de 16 de Julho;
  - (ii) Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devido à fraude ou a erro;

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A., sociedade anónima angolana e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia

KPMG Angola– Audit, Tax, Advisory, S.A.  
Capital Social: 1.350.000 USD / 135.000.000 AKZ  
Pessoa Colectiva Nº 5401178077



- (iii) Elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
  - (iv) Adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, tendo em conta as circunstâncias; e,
  - (v) Avaliação da capacidade da entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.
3. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da entidade.

### **III. Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

4. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria a qual foi efectuada de acordo com a Instrução n.º 08-CMC-06-21 sobre os Modelos de Relatórios a Elaborar por Auditor Externo Registado na Comissão do Mercado de Capitais (CMC) e as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA), as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.
5. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido à fraude ou a erro. Ao fazer essa avaliação dos riscos, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração e a apresentação global das demonstrações financeiras.
6. Para tanto, o exame a que procedemos incluiu:
- (i) A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - (ii) A apreciação se as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação são adequadas, tendo em conta as circunstâncias;
  - (iii) A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - (iv) A apreciação, em termos globais, se a apresentação das demonstrações financeiras é adequada.



7. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas;
8. Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
9. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

#### **IV. Opinião**

10. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BFA Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.** em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras aprovado pelo Regulamento da CMC n.º 9/16 de 16 de Julho.

#### **V. Outras Matérias**

11. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro Perito Contabilista, que sobre elas emitiu um Relatório do Auditor Externo sem reservas e sem ênfases, datado de 31 de Maio de 2021. A nossa contratação como Peritos Contabilistas ocorreu a 1 Julho de 2021 para efectuarmos a auditoria às contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

#### **VI. Quanto ao Relatório de Gestão**

12. Em nossa opinião, o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Luanda, 21 de Abril de 2022

**KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.**  
(Auditor Externo registado na CMC com o número 001/SPC/DSEA/CMC/08-2015)  
Representada por  
Maria Inês Rebelo Filipe  
(Perito Contabilista com cédula n.º 20140081)

# RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas da

**BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A.**

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos foi conferido, em conformidade com o Artigo 21º nº1 dos Estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Sociedade Gestora, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade Gestora as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. Analisámos e concordamos com o conteúdo do Relatório do Auditor Intependente emitido pela sociedade KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A., o qual damos como integralmente reproduzido.
4. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2021, as Demonstrações de Resultados, a Demonstração de Alterações de Mutaçao de Fundos Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa, para o exercício findo naquela data, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2021 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluída.

6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos do parecer que a Assembleia Geral:
- Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021;
  - Aprove as Contas relativas a esse exercício, e;
  - Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.
7. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade Gestora pela colaboração que nos foi prestada.

Luanda, 21 de Abril de 2022

O Conselho Fiscal



Henrique Manuel Camões Serra

Presidente



Eliana Maria Fortes dos Santos

Vogal



Catarino Eduardo César

Vogal



**GESTÃO DE ACTIVOS**